

O encontro é a possibilidade de colocar lado a lado duas regiões de significado, dois campos de energias em frequência diferente e de fazê-los vibrar juntos. O encontro é simpatia, é compaixão, sentir-com-o-outro. É a possibilidade de descobrir que o sentido não nos pertence e nos é dado no encontro, mas, ao mesmo tempo, só nós podemos produzi-lo.

Alberto Melucci, 2004.



DA VILA DIQUE AO PORTO NOVO Carmem Zeli de Vargas Gill (org.)

DA VILA DIQUE AO PORTO NOVO

Extensão popular, rodas de memórias
e remoções urbanas

Organizadora
CARMEM ZELI DE VARGAS GIL

O que se apresenta para a leitura nas páginas seguintes é uma verdadeira sistematização de experiências, um relato cuidadoso e amoroso do quanto universidade e sociedade juntas podem fazer para formar profissionais suficientemente preparados e competentes para perceber a presença do outro como sujeito que ensina e que aprende; que tem história para escrever, trajetórias para serem exemplos e vidas carregadas de significados.

O que se lê em "Da Vila Dique ao Porto Novo" não é um texto simples jogado no papel que tudo aceita, não é um frio relato de experiências. Não há intrusos! É um texto que tem olhos e ouvidos. É um texto com vida! Há uma comunhão entre iguais que preservam as suas diferenças para fazer destas novas formas de ver a vida e construir o sentido da presença, do compartilhamento.

O Projeto de Extensão "Memórias da Vila Dique" iniciado em 2010 traz na sua essência a possibilidade de formação para além das salas de aula e, sem dúvida, é esta abrangência que o torna tão atraente para professores e estudantes. É o sentido de aprenderem outros espaços, particularmente, aqueles compartilhados que fazem da extensão universitária componente fundamental na formação dos estudantes.

Sandra de Deus
Pró-Reitora de Extensão da UFRGS



DA VILA DIQUE AO PORTO NOVO
Extensão popular, rodas de memórias
e remoções urbanas





Carmem Zeli de Vargas Gil
(Organizadora)

DA VILA DIQUE AO PORTO NOVO
Extensão popular, rodas de memórias
e remoções urbanas



2013

© Carmem Zeli de Vargas Gil – 2013

Editoração: Oikos
Revisão: Mardilê Friedrich Fabre
Capa: Débora Wobeto
Arte-final: Jair de Oliveira Carlos
Impressão: Gráfica da UFRGS

Equipe do projeto Memórias da Vila Dique:

Almerinda Gambin – GHC
Christiane Silveira Kammsetzer – PPG Psicologia Social/UFRGS e GHC
Débora Wobeto – Curso de Ciências Sociais da UFRGS
Lourenço Stefanello Teixeira – Curso de História da UFRGS
Magda Mattos – GHC
Naiara Müssnich Rotta Gomes de Assunção – Curso de História da UFRGS
Renata Soares Costa – Curso de História da UFRGS
Rafael Antunes do Canto – Curso de História da UFRGS

Coordenação do projeto:

Carmem Zeli de Vargas Gil – FACED/UFRGS
Maria Amélia Medeiros Mano – GHC

Esse Projeto foi realizado com o apoio do PROEXT – MEC/SESu e do Programa de Fomento à Extensão 2013 da UFRGS

Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240
B. Scharlau – Cx. P. 1081
93121-970 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848 – Fax: (51) 3568.7965
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D111	Da Vila Dique ao Porto Novo. Extensão popular, rodas de memórias e remoções urbanas. / Carmem Zeli de Vargas Gil (organizadora) – São Leopoldo: Oikos, 2013. 111 p.; 14,5 x 21 cm. ISBN 978-85-7843-297-3 1. Memória. 2. História. 3. Vila Dique. 4. Porto Alegre. I. Título. II. Gil, Carmem Zeli de Vargas. CDU: 981.651
------	--

Bibliotecária: Ana Gabriela Clipes Ferreira – CRB-10/1808

SUMÁRIO

Apresentação	7
<i>Carmem Zeli de Vargas Gil</i>	
FACED/UFRGS	
Prefácio: Por uma sistematização de experiências da Vila Dique ao Porto Novo	11
<i>Sandra de Deus</i>	
Pró-Reitora de Extensão da UFRGS	
O QUE FOI... É...	
Vila Dique: histórias que só existem quando contadas	17
<i>Renata Soares Costa</i>	
Mestranda em História/UFRGS	
O Tempo da vida: memórias da Vila Dique	27
<i>Carmem Zeli de Vargas Gil</i>	
Professora da FACED/UFRGS	
Vivências com História Oral e Rodas de Memórias	41
<i>Naiara M. R. G. de Assunção</i>	
Acadêmica de História/UFRGS	
A fotografia a muitas mãos	57
<i>Rafael Antunes do Canto</i>	
Mestrando em História/UFRGS	
O QUE FOI... FICOU...	
Vivências na extensão popular	69
<i>Lourenço Stefanello Teixeira</i>	
Acadêmico de História/UFRGS	

Quando as mulheres bordam	81
<i>Maria Amélia Medeiros Mano</i>	
Serviço de Saúde Comunitária/GHC	
Remoções urbanas, copa do mundo e espetáculos cotidianos rememorados	89
<i>Débora Wobeto</i>	
Acadêmica de Ciências Sociais/UFRGS	
O QUE FOI... FICOU... SERÁ...	
Experiências urbanas de jovens em processo de reassentamento: pesquisacinemaextensãoeducação	99
<i>Christiane Silveira Kammsetzer</i>	
Mestranda do PPGPSI/UFRGS e Serviço de Saúde Comunitária/GHC	



APRESENTAÇÃO

O encontro é a possibilidade de colocar lado a lado duas regiões de significado, dois campos de energias em frequência diferente e de fazê-los vibrar juntos. O encontro é simpatia, é compaixão, sentir-com-o-outro. É a possibilidade de descobrir que o sentido não nos pertence e nos é dado no encontro, mas, ao mesmo tempo, só nós podemos produzi-lo
(MELUCCI¹, 2004, p. 128).

O segundo semestre de 2010 foi marcado por alguns encontros que, de certa forma, tornaram possível a escrita dos artigos que compõem esta obra. Encontros que aproximaram universidade e comunidade, educação e saúde, alunos e professores e diferentes cursos da UFRGS (História, Direito, Arquitetura e Ciências Sociais). Iniciava-se o projeto *Memórias da Vila Dique*, que, sem muita pretensão, acompanhava a remoção das famílias, a partir de Rodas de Memórias, oficinas de fotografias e entrevistas individuais. Atendia, também, a demanda de alguns profissionais da Unidade de Saúde Santíssima Trindade do GHC (Grupo Hospitalar Conceição) que buscavam novas estratégias para a promoção da saúde, escuta da comunidade e cuidado.

¹ MELUCCI, Alberto. **O jogo do Eu**: a mudança de si em uma sociedade global. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2004. 184 p.

Apresentação

Encontros feitos e refeitos na intensidade da rememoração, transformaram-se em ação de extensão e projeto de pesquisa, envolvendo rodas de memórias, oficinas de fotografia, entrevistas, caderno de memórias, caderno de textos, videodocumentários, reuniões, parcerias com o Serviço de Assessoria Jurídica do Curso de Direito da UFRGS (SAJU), por meio dos grupos GAP (Grupo de Assessoria Popular), GM (Grupo de Mediação) e GAJUP (Grupo de Assessoria Jurídica Popular) e do Escritório Modelo Albano Volkmer do Curso de Arquitetura da UFRGS. Encontros intensos, e às vezes tensos, que nos tocaram e possibilitaram os anúncios aqui apresentados.

Esta coletânea de artigos toma, então, como referência para sua escrita, temas e questões que nos inquietaram no percurso da Ação de Extensão *Memória da Vila Dique*, buscando dar sentido ao que vivemos nesses dois anos e meio de encontros com e na Vila Dique/Porto Novo. A escrita é necessária! Com as palavras nomeamos o que fazemos, o que sentimos e o que nos acontece, porque como anuncia Larrosa² (2002, p. 21) “o homem é um vivente com palavras”.

O que ora apresentamos ao público requer a participação do leitor na elaboração das conclusões. Cada autor tece sua escrita com a preocupação de não apresentar uma interpretação única. O apelo ao leitor é no sentido de rever representações construídas sobre os grupos populares: violência, perigo, risco, precariedade, ausência de projetos. Evocá-los impõe produzir outro ponto de vista abandonando estereótipos. Em nossos encontros, deparamo-nos com homens e mulheres que fazem da vida uma luta diária; pessoas que querem inventar uma vida que valha a pena ser vivida.

² LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, 2002, p. 20-28.

As aprendizagens construídas com essas pessoas e com os autores estudados dão o tom para a escrita dos textos que ora apresentamos. Um trabalho coletivo que sintetiza um percurso vivido de cabeça e coração no *Memórias da Vila Dique*. Textos que convidam o leitor a percorrer uma Vila, adentrando em suas casas, nas vidas e memórias de moradores em situação de remoção e reassentamento, sujeitos e não objetos de um estudo interessado.

No primeiro conjunto de textos (Renata, Carmem, Naiara e Rafael), os autores apresentam o cenário do projeto, as motivações teóricas e os caminhos metodológicos, evidenciando o processo de escutas das memórias dos moradores que tecem o presente-passado da Vila Dique/Porto Novo. A intrínseca relação entre o narrar e o viver como possibilidade para a construção de sentidos da experiência da remoção e fotografia como registro plural dessas vivências.

Nos textos que compõem o segundo conjunto (Lourenço, Amélia e Débora), os autores transformam em diálogo histórias da Vila Dique, vivências com os moradores sob diferentes olhares: dos que pesquisam, transitam, observam, trabalham e acima de tudo, vivem o processo de remoção, dando visibilidade para o que os jornais não informam sobre a Vila, os reassentamentos, os grupos populares...

Por último, o texto de Christiane apresenta os desdobramentos do projeto e o inusitado das ações que possibilitam as continuidades do estudo e desafiam a equipe a estudar sobre cinema, juventude e grupos populares.

Esta obra é, então, um convite para se perder nos textos e reescrever as prenoções consolidadas sobre os grupos populares, construindo outros pensares que aproximem pessoas, sonhos e torne possível novos encontros.

Carmem Zeli de Vargas Gil





PREFÁCIO

POR UMA SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DA VILA DIQUE AO PORTO NOVO

A sistematização de experiências é uma interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir da sua ordenação e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido: os fatores que intervieram, como se relacionam entre si e porque é que sucederam dessa forma
(Jara Holliday, 1996, p. 17).

O que se apresenta para a leitura nas páginas seguintes é uma verdadeira sistematização de experiências, um relato cuidadoso e amoroso do quanto universidade e sociedade juntas podem fazer para formar profissionais suficientemente preparados e competentes para perceber a presença do outro como sujeito que ensina e que aprende; que tem história para escrever, trajetórias para serem exemplos e vidas carregadas de significados. O que se lê em “Da Vila Dique ao Porto Novo” não é um texto simples jogado no papel que tudo aceita, não é um frio relato de experiências. Não há intrusos! É um texto que tem olhos e ouvidos. É um texto com vida! Há uma comunhão entre iguais que preservam as suas diferenças para fazer destas novas formas de ver a vida e construir o sentido da presença,



do compartilhamento. O Projeto de Extensão *Memórias da Vila Di-que*, iniciado em 2010 traz na sua essência a possibilidade de formação para além das salas de aula e, sem dúvida, é esta abrangência que o torna tão atraente para professores e estudantes. É o sentido de aprender em outros espaços, particularmente, aqueles compartilhados que fazem da extensão universitária componente fundamental na formação dos estudantes.

Para Oscar Jara Holliday (1996), a sistematização de experiências tem objetivos como compreender em profundidade as experiências e, assim, poder melhorá-las, permitindo ajustes; partilhar as aprendizagens com outras pessoas que tenham tido experiências similares, indo além do simples encontro de interpares, tornando-os mais qualitativos; contribuir para a reflexão teórica com conhecimentos surgidos diretamente das experiências, concebendo um corpo teórico que ajuda a interligar a prática com a teoria; influenciar as políticas e os planos com base em aprendizagens concretas que provêm de experiências reais para formular propostas de maior alcance, baseadas no que sucede no terreno. Socializar as experiências exige que se tenha capacidade e cuidado ao fazer a sua narração. Walter Benjamim (1983, p. 62) diz que “narrar histórias é sempre a arte de as continuar contando e esta se perde quando as histórias já não são mais retidas. Perde-se porque já não se tece e fia enquanto elas são escutadas”. Portanto, a experiência deve ser vista como fenômeno sentido e refletido capaz de provocar transformações importantes nos envolvidos. Saber narrar o sentido e vivido é uma arte só possível naqueles que se abrem às diferentes contribuições do outro.

Aqui, nas páginas seguintes, se registra a sistematização de experiências e maravilhosos narradores. Fui honrada com o convite para ler os originais e prefaciá-los, pelos relatos e reflexões, se constitui em uma significativa contribuição para as atividades conjuntas de extensão, ensino e pesquisa. Aos autores, professores

e estudantes, a minha certeza de que estão cumprindo uma importante tarefa que renova o ensino, revitaliza a pesquisa e centraliza a extensão no interior da Universidade. Tudo está didaticamente descrito desde os procedimentos metodológicos, os caminhos percorridos e a forma de contar as “histórias” e a história. Aos que participaram com depoimentos, com pesquisas e aos que deram a base para que tudo fosse possível, me cabe como Pró-reitora de Extensão, externar o mais sincero agradecimento. Aos leitores, a quem estes verdadeiros documentos são destinados, devo alertar para o fato de que certamente serão contaminados pela leitura e terão uma nova compreensão do papel da universidade pública em sua relação com a sociedade. Boa leitura!

Sandra de Deus

Referências

BENJAMIN, W. O narrador: Observações sobre a obra de Nikolai Leskow. Trad. M. Carone. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W.; HABERMAS, J. **Textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HOLLIDAY, O. J. **Para sistematizar experiências**. Trad. De Maria Viviana V. Rezende. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1996.





O QUE FOI... É...







VILA DIQUE: HISTÓRIAS QUE SÓ EXISTEM QUANDO CONTADAS

Renata Soares Costa¹

Se a proposta de apresentação do Projeto *Memórias da Vila Dique* foi consensualmente designada a “bolsista mais antiga”, que, nesse caso sou eu, permito aventurar-me a explicar esse Projeto e um pouco de seus percursos com base nas minhas vivências dentro e fora da universidade. As preocupações, problematizações, incertezas e algumas certezas de uma recém-licenciada em História, certamente aparecerão nesses escritos. O objetivo das páginas que seguem é, então, conforme meu ponto de vista, contar como fizemos extensão, ensino e pesquisa com uma equipe multidisciplinar.

O recorte que escolhi para essa apresentação está relacionado às histórias narradas pelos moradores e trabalhadores da Vila Dique, contadas durante as Rodas de Memórias e entrevistas realizadas ao longo de dois anos e meio, sem, no entanto, realizar propriamente uma análise delas. Histórias que só adquirem sentido no próprio ato de narrar, que são construídas no momento da articulação das ideias, e que (re)compõem o indivíduo nas suas relações e práticas coletivas.

Assim, o artigo-apresentação está dividido em três tempos: primeiro, situo os momentos iniciais do Projeto, as pessoas e desejos envolvidos; na segunda parte, proponho alguns questionamen-

¹ Mestranda em História/UFRGS.

tos que surgiram ao longo do trabalho; e, por fim, faço breves reflexões sobre as histórias, que só existem quando contadas, e o ensino de história.

O encontro de vontades: as pessoas e os caminhos percorridos no projeto *Memórias da Vila Dique*

Não é tarefa fácil retomar os itinerários percorridos com os moradores da Vila Dique/Porto Novo. De qualquer maneira, não é pretensão minha resolver a questão sobre “como tudo começou”. De toda a sorte, já apresento uma ressalva: mais interessa aqui a intensidade desses encontros que ora ocorreram na Faculdade de Educação, ora na Unidade de Saúde Santíssima Trindade. Encontros que reuniram inicialmente um grupo pequeno das duas instituições citadas, respectivamente Carmem Zeli de Vargas Gil, Renata Soares Costa; Almerinda Gambin e Maria Amélia Medeiros Mano. Em 2012, a equipe que aumentara, contava com mais de 10 pessoas envolvidas diretamente no planejamento das atividades.

A partir do encontro entre aluna e professora, no segundo semestre de 2010, durante a disciplina de Estágio de Docência em História III – Educação Patrimonial, surgiu a possibilidade de realizar um estudo sobre o processo de remoção que ocorria na Vila Dique em Porto Alegre, para pensar o conceito ampliado de patrimônio cultural. Naquela época, para o artigo final da disciplina, analisei o processo de remoção sob a perspectiva das relações patrimoniais², buscando compreender o que era referência cultural para os moradores de uma Vila em situação de remoção.

² O trabalho de conclusão da disciplina consistiu na elaboração de um breve artigo, em que, para a sua realização, utilizei muito das experiências da Médica do Posto de Saúde e do seu conhecimento sobre a Vila Dique e do processo de remoção e reassentamento.

Para a construção do referido trabalho e, a fim de dialogar com alguém que estava envolvido diretamente com a situação da Vila Dique, por sugestão da professora Carmem, conheci, em uma conversa-entrevista, a médica de família da Unidade de Saúde Santíssima Trindade, Maria Amélia Medeiros Mano. Amélia trazia a importância do estudo desse movimento que não era único no país. Além disso, propôs interessantes questionamentos sobre os limites e as possibilidades das políticas públicas. Mas o encontro produziu algo que considero mais importante que todas essas questões: o estabelecimento de um compromisso para além de um artigo com fins estritamente acadêmicos.

Ao mesmo tempo que me aproximava dessa situação, algumas lideranças da Vila, em conjunto com profissionais da Unidade de Saúde, organizavam-se para construir um grupo para contar histórias da Vila Dique, relacionadas à remoção e ao reassentamento. Havia a intenção dos funcionários da Unidade de Saúde de realizar uma prática de escuta-cuidado que se articulou ao interesse de pesquisa da universidade. Isso facilitou a inserção da área de Ensino de História da Faculdade de Educação da UFRGS. Interessadas, professora e aluna, em acompanhar o processo de remoção e reassentamento dos moradores da Vila Dique, criamos um Projeto de Extensão no final de 2010, tendo como proposta central as Rodas de Memórias. Ancoradas em diferentes estudos sobre História Oral entendíamos que o ato de contar-se é fundamental na (re)construção de vínculos. Aos poucos aproximávamo-nos da vida de quem, sem os seus vizinhos, empregos e animais de estimação começava uma nova vida no Porto Novo, enquanto outros continuavam a vida na Vila Dique.

Entre as lideranças da comunidade, a moradora e ex-agente de saúde, Almerinda Gambin, mais conhecida como Miranda, foi a intermediária entre os moradores que desejavam contar as suas histórias e o Projeto que engatinhava em âmbito acadêmico. Das funcionárias do Posto, além da médica Maria Amélia, também partici-

param do Projeto, a psicóloga Christiane Kammsetzer e a Técnica em Saúde Bucal e coordenadora da equipe da Unidade de Saúde, Magda Mattos. Além de enriquecerem as discussões, ampliaram as ações do Projeto, abrindo o “leque de possibilidades” com a iniciativa de trabalhar com os jovens da Vila Dique, pesquisa que terá prosseguimento durante o ano de 2013.

Além dos profissionais do Posto de Saúde do Grupo Hospitalar Conceição, a equipe do Projeto se estendeu para outros cursos, agregando alunos com intenções e contribuições diversas para o estudo. Débora Wobeto, do curso de Ciências Sociais da UFRGS, trouxe os seus questionamentos sobre as concepções de territorialidades envolvidas no processo de remoção, a discussão do conceito de “não lugar” e seu muito bem-vindo conhecimento sobre o uso das mídias. Naiara Rotta, Lourenço Teixeira e Rafael do Canto, alunos do curso de História da mesma universidade, também enriqueceram o Projeto com as suas experiências. Naiara sempre estudando História Oral. Lourenço interessou-se pelas ricas experiências que a extensão popular acrescenta à formação do professor de História. Rafael trouxe a sua experiência profissional, ministrando as oficinas de fotografia que aconteceram nas Rodas de Memórias. Diferentes interesses, experiências e aprendizagens.

Ao poucos, outros caminhos são traçados, e novos parceiros se juntam na empreitada de acompanhar a remoção e reassentamento da Vila Dique, como o Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU) do curso de Direito da UFRGS que opera na organização dos endereços e na viabilização de muitos “esquecimentos” do poder público. O Escritório Modelo Albano Volkmer da Faculdade de Arquitetura da mesma Universidade, também, aos poucos, se vincula ao grupo para colaborar na reflexão e humanização dos espaços de convivência da “Dique Nova”.

A característica da equipe – multidisciplinar – torna os encontros de estudo, planejamento e avaliação ricos em trocas teóricas e

novos enfoques a respeito das vivências narradas pelos moradores. Porém, destaco o que é mais legítimo neste trabalho o ato de narrar as vivências. O homem comum, ou ainda, parafraseando o título da obra de Martins, a “sociabilidade do homem simples” é o que nos interessa aqui, pelo que, apesar de todos os contratemplos, possui de autêntico (MARTINS, 2011).

Percursos do Projeto

Estar às voltas com um processo de mudança pode representar as realizações de projetos de vida há muito sonhados. Ao mesmo tempo, uma mudança também viabiliza reflexões sobre o que foi vivido em outro lugar, e, de uma maneira saudosista ou não, revivem-se sons, gestos, palavras, cheiros e sabores do passado. Então, um processo de mudança está no limiar entre o que está para se viver e o que já foi vivido, e no meio disso, está esse homem em transformação, ao mesmo tempo ator e plateia do fenômeno histórico que procuramos historicizar aqui: grandes remoções em vista da crescente modernização de um centro urbano.

A Vila Dique em Porto Alegre, durante os últimos anos, compartilha desse processo apontado acima. Durante a remoção, os moradores deixam seus pertences, seus animais e suas lembranças. Nesse novo espaço que lhes foi designado com portas e janelas simétricas de casas todas iguais o espaço destinado a esses moradores não contempla as suas especificidades, modificando e reconfigurando, não só as suas relações de trabalho, mas as redes de sociabilidades no novo lugar.

Em meados de 2010, o que ouvíamos falar nos meios de comunicação sobre a Copa do Mundo no Brasil em 2014 referia-se à impossibilidade de realização do evento, devido ao atraso no qual se encontravam as obras e as tratativas para tal. Nos corredores acadêmicos, muitos de nós negligenciávamos a situação. O que não sabíamos, era que, para muitas pessoas, a possibilidade da Copa do Mun-

do ser realizada no Brasil, poderia representar uma nova moradia em outro bairro da cidade, em uma residência de 38m². A princípio, o que ficava manifesto era a aceleração que o evento Copa do Mundo conferia ao processo “transitório permanente” dos moradores da Vila Dique em Porto Alegre.

No decurso do ano de 2012, em que apresentamos algumas reflexões do Projeto em eventos de divulgação nacional, na área da Saúde, História e Ciências Sociais, foi possível conhecer estudos semelhantes que anunciam não ser a Vila Dique uma exceção. Remoções acontecem em todo o território brasileiro com roupagem de modernização.³ No caso estudado, a melhoria da infraestrutura não é tão evidente se observarmos as condições das casas após um ano de uso, embora, se reconheçam avanços nas condições sanitárias. O homem simples tornou-se cidadão sem adquirir os direitos – leiam-se benefícios – dessa nova situação?

O Estado que está onipresente no ato da remoção, por meio das suas manifestações de ordem – com seus carros de polícia – descuida, entretanto, da legalização desses espaços: as contas não chegam, e o endereço ainda está em processo de regularização, e a vida continua difícil pela ausência de coisas aparentemente simples: ter um endereço. Diante dessa situação, seria possível interrogar sobre a possibilidade da “não remoção”? Por que não se pensa em urbanização das Vilas?

Os sentidos do ato de narrar nas Rodas

Prática antiga é essa de contar histórias. As comunidades de tradição oral idealizam seu passado, presente e futuro com as histórias que contam de geração em geração e que são investidas de novos

³ Alguns desses processos têm ocasionado grandes transformações urbanas, como é o caso de muitas cidades da América Latina.

sentidos nesse movimento de recontar as histórias. Apesar de herdeiros de uma tradição oral que vem dos gregos antigos, a sociedade ocidental pauta-se mais pela referência ao que está escrito em detrimento das evidências orais. Mas também é compromisso do historiador do presente utilizar-se de depoimentos orais e entendê-los como fontes históricas. A prática de contar histórias é material riquíssimo para o historiador e tem importância e significado para as pessoas que contam. Elas situam as suas lutas e conquistas em um tempo-espaço definido e apoiam as problemáticas atuais nas experiências vividas.

A experiência no projeto *Memórias da Vila Dique* tem me permitido questionar sobre o fazer histórico, sobre a relação ensino e aprendizagem do profissional da área de História e mais ainda, sobre as possibilidades oferecidas pela educação em diferentes espaços para além da escola. As trocas multidisciplinares permitem repensar as questões acima postas e debater a ação do professor de história na atualidade. Que contribuições a história pode oferecer para o entendimento desse amplo processo de mudanças sociais no tempo presente? O que dessa experiência serve para uma leitura das relações sociais que estabelecemos?

O historiador, longe de ser um contador de histórias, pois submetido ao rigor metodológico de suas fontes (PROST, 2009), não deixa de possuir uma função social. Se a história é, por vezes, entendida como o estudo das relações entre os homens ao longo dos tempos (BLOCH, 2001), cabe ao historiador facilitar o vaivém entre esses diferentes tempos com os seus conhecimentos. Por isso se estuda o passado, procurando entender as suas relações e/ou diferenças com outros tempos e espaços; o diálogo entre os tempos deve permear a produção do conhecimento histórico que amplia o entendimento dos desafios e possibilidades da vida humana (GIL, 2012). O Projeto dialoga muito bem com essas questões, pois são histórias de homens e mulheres que, sob novas condições, recriam os seus laços e contam/recontam velhas e novas histórias.

Para além da “formação cidadã” tão recorrente na legislação educacional brasileira, talvez, a legitimidade do ensino de História seja a de aproximar mundos diferentes, ampliar a compreensão sobre a vida e construir um pensar historicamente: Por que é assim? Como era em outros tempos? O que permaneceu? O que mudou? O que os homens pensam sobre o tempo em que vivem? E por que realizam as suas invenções de uma maneira e não de outra?

As narrativas envolventes das Rodas de Memórias, a construção dos espaços de escuta-cuidado, as reuniões em que se encontram a equipe, heterogênea na sua formação acadêmica muito embora com objetivos bastante próximos, são as grandes conquistas desse Projeto.

Sobre a contribuição que o Projeto oferece à jovem professora de História, diria antes que as pessoas envolvidas, com as suas histórias de vitórias e derrotas, têm ensinado e contribuído para a minha formação. As ricas experiências que tenho vivenciado agregam e constroem conhecimentos sobre as experiências dos homens e mulheres no mundo, as suas possibilidades de ação e inovação, conhecimentos caros ao historiador.

A experiência que tenho vivenciado ao longo de dois anos de existência do projeto *Memórias da Vila Dique*, fortalece a minha vontade de ouvir o outro, de compartilhar, de conhecer práticas que muitas vezes se tornam ignoradas na cidade. Além disso, tem proporcionado interessantes questionamentos sobre as políticas públicas que vivemos em anos pré-eventos esportivos e também contribui para a minha formação em História, ao revelar a capacidade humana de interagir com o seu meio e reinventar novos caminhos e histórias.

E assim essas histórias fazem sentido para quem as ouve, para quem as conta e para quem as vivencia em outros lugares e de outras maneiras. É dessa forma que as histórias existem somente quando contadas: quando são ouvidas e recriadas. São histórias de homens e mulheres, jovens e velhos, são histórias comuns, incomuns, mas, aci-

ma de tudo, são histórias humanas. São inusitadas, divertidas, sofridas; é aquilo que aqueles que olham de fora jamais poderiam saber. É poder sair da Vila e não querer; é a vontade de ouvir o outro, é a solidariedade, é a humanidade oralizada e compartilhada.

A pesquisa desenvolvida em 2012 perscrutou as falas da população “mais antiga” da Vila Dique, percorrendo espaços como o Posto de Saúde – local que demonstrou ser um importante ponto de escuta-cuidado na relação entre funcionários e moradores. Em 2013, a pesquisa será realizada com os jovens que, longe de serem entendidos como simples coadjuvantes, são realizadores de práticas que fazem o Porto Novo.

O olhar que determina a importância da escuta das falas desses jovens, e, para, além disso, a sua participação na condução da própria pesquisa (rodas de memórias, entrevistas, elaboração de roteiro para o videodocumentário, ações previstas no Projeto do próximo ano), demonstra, como bem nos lembra Hannah Arendt (2009, p.10) que:

[...] o nascimento de novos seres humanos representa um novo começo porque carrega em si toda a possibilidade de ação de que serão capazes, o que nos impele a ter esperança e a lutar em defesa da existência humana.

Esse “novo começo”, do qual nos fala Arendt, está aqui representado pelos jovens moradores da Vila Dique. O local privilegiado de escuta das angústias, dos prazeres, das heranças e das memórias desses jovens moradores, é particularmente importante para entender esse “refazer” em um novo espaço, partindo justamente da sempre renovada maneira dos jovens de “olhar para o presente”.

Referências

ARENDRT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **A docência em História**. Reflexões e propostas para ações. Erechim: EDELBRA, 2012.

MARTINS, José de Sousa. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2011.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.



O TEMPO DA VIDA: MEMÓRIAS DA VILA DIQUE

Carmem Zeli de Vargas Gil

“Lo que somos es la elaboración narrativa
(particular, contingente, abierta, interminable)
de la historia de nuestras vidas,
de quién somos en relación
a lo que nos pasa”.

Jorge Larrosa¹

O tempo do projeto

No dizer de Furter (1987, p. 96), quando o homem toma consciência de que é um ser temporal, descobre o valor da espera, de algo que poderá satisfazer as necessidades que sente. Mas o homem é, além de inacabado, “um ser que tem fome, que sente, todos os dias, que tem vazios e que nunca poderá comer bastante para estar definitivamente satisfeito”. Por isso a esperança é a garantia do possível, da aceitação radical da existência como campo de possibilidades abertas à ação. É um sonhar acordado, imaginando um outro mundo.

Hoje, falar de tempo é lembrar dos relógios que transformaram o tempo em percurso abstrato, em “pura leitura de sinais e de elaborações cognitivas abstratas”, fazendo com que nossa experiência do

¹ LARROSA, 2006, p. 20.

tempo interno não coincida com aquilo que decreta o relógio, pois o tempo que acompanha os afetos e emoções é múltiplo e descontínuo e na “experiência subjetiva tempos diversos coexistem, sucedendo-se, interceptando-se e sobrepondo-se” (MELUCCI, 1992, p. 9).

Para Larrosa (2004, p. 15), a vida humana é em sua essência tempo. Em suas palavras:

Por eso vivir la vida es, esencialmente, vivir el tiempo de la vida. Pero el tiempo de la vida, el tiempo en el que se articula el yo de la autoconciencia, no es un tiempo abstracto, una sucesión lineal, un mero marco objetivo, exterior, en el que las cosas suceden unas detrás de otras. El tiempo de la vida humana es relato.

Larrosa (2004) reafirma, então, que o presente não é um mero transcorrer. É sim, um horizonte temporal que significa o passado e o futuro e, ao narrar sua própria história, a pessoa constrói sentidos para suas experiências, constituindo-se da narrativa aberta e contingente da história de sua vida, de que é em relação ao que lhe acontece. Com as histórias que contamos sobre nós e sobre os outros construímos um sentido para a vida, (re)criando nossas identidades num processo dinâmico.

Memórias da Vila Dique é, sobretudo, uma escuta de quem aceita o convite para contar-se, reinventar-se na narrativa de suas experiências, vivenciadas no lugar que não era para ser, mas foi: um transitório permanente.

O título deste texto *Tempo da Vida* é uma alusão ao que diz Larrosa de que a relação entre o sujeito e a narrativa tem a ver com a temporalidade que funda a vida. O tempo da vida é tempo tramado de histórias de nós mesmos, tal como conseguimos contar. Nessa trama colocamos os acontecimentos de nossa vida em uma sequência significativa. “Y es también en una trama que construimos nuestra propia continuidad, o discontinuidad, a lo largo de los acontecimientos de nuestra vida” (LARROSA, 2004, p. 5). Parece certo o ditado popular “recordar é viver”, recordar é compor, interpretar, transformar vivências em experiências; em algo que nos passa e toca. “Por

eso, la memoria tiene la forma de una narración desde un punto pasado hasta el presente en función de un punto de vista que la hace significativa”. E, continua Larrosa (2004, p. 7). “La narrativa no es el lugar de irrupción de la subjetividad, sino la modalidad discursiva que establece la posición del sujeto y las reglas de su construcción en una trama”. O tempo da vida é, portanto, um tempo de construção de sentidos que se faz no ouvir e contar; interpretar e interpretar-se dentro de uma estrutura linguística e discursiva de que dispomos para expressar nossas subjetividades.

O propósito, nesses escritos, é refletir sobre as narrativas dos moradores da Vila Dique² e do Conjunto Habitacional Porto Novo, durante o processo de remoção e reassentamento que começou em 2009 e, em 2012, ainda não se completou. Ao mesmo tempo, chamar a atenção para a fluidez da experiência narrada e interpretada. Uma nova vivência pode ressignificar a experiência; outras versões da história podem também ressignificar a experiência, o que nos permite falar de relações entre viver e narrar ou como anuncia Hannah Arendt³ “Nós humanizamos o que se passa no mundo e em nós mesmos apenas falando sobre isso, e no curso desse ato aprendemos a ser humanos”

Pensemos o contexto das vivências narradas. Vila Dique e Conjunto habitacional Porto Novo: que lugares são esses?

A Vila Dique se configura como uma área de ocupação localizada próxima ao Aeroporto Internacional Salgado Filho. Há mais de 40 anos, famílias oriundas do interior do Rio Grande do Sul, de característica rural, começaram a povoar a vila, trazendo hábitos rurais com relações de vizinhança e solidariedade distantes da urbanidade, às vezes, mais solitária.

Desde a chegada das primeiras famílias, a provisoriade é uma constante, visto que a ameaça de remoção por conta da suposta ilegali-

² Sobre a ação de extensão Memórias da Vila Dique, ver texto de Renata Soares Costa.

³ Hannah Arendt, citado por Bauman, 2004, p. 177.

dade das construções e da proximidade do aeroporto, são sempre citadas. Obras e melhorias solicitadas pela comunidade eram questionadas e negadas pelo poder público em nome dessa temporalidade provisória. No final de 2012, mais de 300 pessoas ainda permaneciam na Vila Dique, aguardando a remoção e, sobrevivendo em meio ao que restou das casas dos antigos moradores – um cenário de destruição.

O Conjunto Habitacional Porto Novo é um loteamento situado na Avenida Bernardino Silveira Amorim, próximo ao Complexo Cultural do Porto Seco, o conhecido Sambródromo, na Zona Norte de Porto Alegre. O local recebeu, desde outubro de 2009, mais de 600 famílias da Vila Dique e algumas unidades de comércio e serviços. Já está funcionando a unidade de triagem de resíduos recicláveis, um centro social e a Unidade de Saúde Santíssima Trindade. A escola de educação infantil e ensino fundamental foram iniciadas em 2012. Quando completo, o novo loteamento terá 1.476 residências (20 adaptadas para pessoas com deficiência), 103 unidades comerciais, duas escolas, uma praça e área de preservação ambiental. Trata-se, portanto de um caso de remoção e reassentamento que ocorre em etapas, configurando mudanças de diferentes ordens: geográfica, familiar, econômica e afetiva. Uma mudança que não foi trivial.

A reflexão aqui empreendida apoia-se nas Rodas de Memórias realizadas em 2011 e 2012, acompanhando o processo de remoção das famílias da Vila Dique para o Conjunto Habitacional Porto Novo. A exposição está organizada em duas partes: na primeira, considerações sobre as Rodas de Memórias como espaço-tempo para a narração de si com o outro. Em seguida, os anúncios construídos com base nas narrativas da remoção.

O tempo/contexto das narrativas

Nas pesquisas educacionais, tem sido frequente o trabalho com grupos de discussão ou grupo focal. Reflexões de Weller (2006), Agui-

lar (2000) e Callejo (2001), evidenciam que a interação no grupo é entendida como possibilidade metodológica para a construção de dados que permitam a compreensão de uma problematização colocada pela pesquisa. Pela análise das falas dos participantes dos grupos, investigam-se opiniões, crenças, valores, representações a respeito do tema da pesquisa, visando à produção de conhecimento.

As Rodas de Memórias são uma interação que possibilita aprender com a história do outro, tramada na sua. Os participantes das Rodas se conhecem e possuem vivências comuns, reconhecem seu pertencimento a esse grupo que se constitui para partilhar a experiência vivida, o que permite ampliar a compreensão de si mesmo, do outro e das vivências.

Consideram-se também as Rodas de Memórias como prática de formação, no sentido anunciado por Larrosa (2004, p. 3):

Lo que somos no es otra cosa que el modo como nos comprendemos; el modo como nos comprendemos es análogo al modo como construimos textos sobre nosotros mismos; y cómo son esos textos depende de su relación con otros textos y de los dispositivos sociales en los que se realiza la producción y la interpretación de los textos de identidad.

Fica evidente, então, que, entre um acontecimento e sua significação, ocorre o dar sentido ao que aconteceu ou o que acontece como no caso da remoção e reassentamento das famílias da Vila Dique. Essa atribuição de sentidos ao que nos afeta ocorre, segundo Larrosa (2004), mediante o ato de narrar ou de (re)interpretar. Seriam, portanto, as Rodas de Memórias uma possibilidade de falar e significar a mudança, reconfigurar vínculos e retomar lutas no novo lugar. As Rodas são centrais no trabalho que a equipe desenvolve com as famílias; representa um espaço para narrar o processo intenso que vivem na remoção e no reassentamento.

O trabalho com a memória ajuda a recriar vínculos, construir sentidos de pertencimento e estranhamento em comunidades desprovidas do acesso aos direitos básicos ou que vivenciaram processos de

mudanças, como é o caso das famílias da Vila Dique. Não se quer, com isso, capturar as identidades como se a identidade fosse um processo estável, possível de congelar em certas características. Busca-se, no Projeto, uma produção de memórias que vai acontecendo junto a esse processo de recriação da Vila Dique em outro espaço. Memórias produzidas com o olhar da História.

E o que anunciam as narrativas nas Rodas de Memórias?

O tempo da remoção: futuro ausente... futuro aberto

Carmem Leccardi (2005) se refere ao futuro como espaço do devir possível, capacidade de cada um para elaborar estratégias para manter uma direção ou trajetória a despeito da impossibilidade de prever seu destino final. As palavras da autora traduzem parte da situação que se observa entre as famílias da Vila Dique que vivenciam duplamente a incerteza: primeiro, pela condição atual da vida e, segundo, a incerteza em viver no território que seria, futuramente, outra coisa.

A tensão entre o ficar e o sair tem acompanhado os moradores que se constituíram vivendo o transitório e almejando o permanente. Se as vivências e os múltiplos pertencimentos estruturam nossas vidas cabe pensar em que condições as famílias da Vila Dique, que vivem o processo de remoção e reassentamento, vão reconstruir pertencimentos e afetos em um novo lugar? Com que redes de apoio poderão contar? Teriam a educação e a saúde como contribuir?

Trata-se de questionamentos que ficarão presentes nos próximos tempos do Projeto (2013-2014) sem, contudo, propor um dualismo que avalia a remoção como sendo boa ou ruim. Até porque, neste caso, não há consenso. A mudança, que para alguns representa nova vida, para outros é a impossibilidade de continuar sendo o que são: catadores de material reciclável.

Quando se desenham grandes transformações na vida das pessoas, como é o caso de um deslocamento coletivo, há que se pensar também nos pertencimentos que são reconfigurados: relações de vizinhança são desfeitas, animais e objetos são descartados e grandes famílias divididas. Sabe-se que os primeiros cadastros feitos para a remoção são antigos e famílias mudaram de configuração, casamentos geraram novos núcleos, muitas vezes não incluídos no “direito” a um espaço no reassentamento. Outro território e outra vila nascem sem as características da ocupação inicial, mas com a supervisão de um Estado que, agora, fala sobre humanização, cidadania e progresso.

A definição das sedes dos jogos da Copa do Mundo de 2014 consolidou remoções em todo o país, justificados como “obras da copa”. Também o progresso é evocado para tais remoções, sendo a ocupação de determinados espaços por assentamentos irregulares o responsável por transtornos ou “caos urbano”. Assim, em nome do progresso e da “ordem urbana”, as habitações populares são vistas como uma ameaça à preservação ambiental. Entretanto, é importante lembrar que o desenvolvimento econômico que o Brasil vive incentivou a especulação imobiliária e áreas ocupadas há muitos anos por populações de baixa renda, passam a ser de interesse do mercado. Raquel Rolnik⁴ anuncia que vivemos hoje a “transformação da moradia como um direito para a moradia como uma mercadoria, um objeto de consumo a ser produzido e adquirido no mercado”. Nesse contexto, muitas remoções começam a ser efetivas no país sem qualquer respeito aos direitos dos ocupantes.

Na Vila Dique, a remoção começa aos poucos. O lugar se decompõe, e as pessoas “mudam de cidade”. As casas derrubadas permanecem com seus destroços no local para que não se volte a construir. Isso faz com que a vila apresente um aspecto de terremoto para

⁴ Conflitos por moradia estão aumentando no Brasil. Entrevista de Raquel Rolnik no *Le Monde Diplomatique Brasil*, em 2012.

quem ainda não foi removido. Para alguns, é muito complicado andar em meio aos destroços de casas de amigos e vizinhos e ver o lugar em que nasceu e cresceu sumir em breves espaços de tempo.

Na nova Vila Dique, o Porto Novo, muito distante da velha, o que se tem como garantia é um sobrado com área de 38m², pátio nos fundos de 5m por 3,5m. Uma arquitetura homogênea, tudo igual! Ao mesmo tempo, tudo diferente: outros vizinhos, novas dificuldades, pátios em uma nova configuração que não contempla a necessidade de quem é catador e precisa de espaço para cavalos e carroças.

As Rodas de Memórias têm se constituído em um rico processo de escuta que possibilita anúncios provisórios. Trata-se de narrativas que evidenciam histórias de pessoas que enfrentam a exclusão e buscam melhorias para o lugar onde vivem. Rememorando o porquê vieram, como vieram, o que fizeram na Vila Dique afirmam a identificação de um “nós” na luta. Uma luta que continua no presente, baseada nas condições como recebem as novas casas no Conjunto Habitacional Porto Novo. Na III Roda, realizada em 2012, no Porto Novo, três anos após o início das remoções, percebe-se que o “nós, moradores da Vila Dique” se afirma na memória de lutas compartilhadas de um passado comum. Uma memória que reforça os laços de pertença.

Ainda que exista um “nós, moradores...” não há unidade ou consenso. As narrativas traduzem perdas e ganhos, vivências boas e ruins, fazendo com que a experiência, apesar de semelhante, tenha significados diferentes. Cada um tem seu olhar sobre a saída, a chegada, o processo e a perda, bem como a reconfiguração dos laços de pertença. Uma pertença que se afirma nas lutas que fizeram de um dique, um lugar para se viver; de pessoas desconhecidas, amigos, parceiros de luta, vizinhança; de uma rua, uma Vila. Uma geografia e uma história que os ajuda a dizer quem foram e quem são. Há, portanto, uma forte ligação entre as pessoas e o território, ou seja, o es-

paço residencial é um dos vínculos identitários fortes, traduzido na frase “somos da Vila Dique, somos diqueiros ou diquelinos”.

Outro aspecto a destacar diz respeito às representações sociais dos territórios de classes populares que influem nas ações voltadas a esses grupos. As condições em que se realizam as remoções materializam as formas dominantes de se ver os grupos e os territórios populares que neles habitam: descaso presente nas condições em que recebem as casas, no atraso da entrega dos contratos, a não regulamentação dos endereços, fazendo com que boletos, cartões bancários e documentos de carros não cheguem, acumulando prestações e colocando os moradores na condição de devedores.

As narrativas produzidas nas Rodas de Memórias anunciam a complexidade do processo de remoção e os diferentes significados que assumem para cada um que passa por tal situação:

– Para quem acompanhou o processo desde o planejamento do projeto vê agora a concretização na disposição das casas, e a visão do Porto Novo evoca disputas, conflitos e consensos que produziram a construção das casas, dos nomes das ruas, dos cadastros desatualizados, dificultando a distribuição das casas.

– Para quem morar era uma luta diária em função das condições precárias das casas, a remoção representou vida nova, esperança de construir uma vida com mais qualidade.

– Para aqueles que tinham casas maiores com espaço para plantar e criar animais, o sobradinho do Porto Novo implica adaptar-se a uma situação que reconfigura hábitos cotidianos.

– Para os que foram removidos na primeira etapa, o que se destaca na narrativa são as dificuldades de quem chega e não encontra as instituições relacionadas à educação e à saúde. Quem chegou em 2012 e já encontrou Posto de Saúde concluído, sede social, escola de Educação Infantil em construção, Galpão de Resíduos Sólidos direciona sua reflexão para o atendimento dessas instituições e para os desafios que o Porto Novo impõe em relação aos espaços de sociabili-

dades, redes de vizinhos que se modificaram, a proximidade das casas que faz os diferentes sons de vozes, músicas e alto-falantes se misturarem, produzindo muitos sentimentos de estranhamento no novo lugar.

As narrativas apontam, também, os significados da palavra luta. As dificuldades cotidianas produzem os moradores como sujeitos que se fazem na luta individual e coletiva, ou seja, a “luta” como forma de expressar uma atitude diante do mundo, marcada pela ética do trabalho em contraposição às etiquetagens impostas a todos os moradores de vilas. As lutas que se faziam pelo reconhecimento na Dique permanecem no Porto Novo com novas configurações. O Estado, presente para garantir a remoção, não pode se ausentar mais sob a desculpa da provisoriagem e precisa garantir condições de permanência e “legalidade”. No entanto, as ausências, especialmente de informações e recursos são sentidas, provando que os silêncios respondem por outras prioridades, outros progressos que não incluem o direito à cidade.

Trata-se de pensar a situação de quem está sempre à margem dos direitos fundamentais à vida. Da situação ilegal de moradia ao título de propriedade que representa esperança, mas também a continuidade da luta expressa agora na contestação das condições materiais das casas que logo apresentam problemas de infraestrutura. Outro aspecto diz respeito aos encargos que os moradores não estão preparados para arcar. Terão acesso a saneamento, luz elétrica, água, telefone, ruas pavimentadas e calçadas, embora as limitações financeiras dificultem a manutenção de tudo isso.

O tempo de concluir... começar...

O contato com os moradores da Vila Dique e Conjunto Habitacional Porto Novo nos instiga a pensar:

– No impacto dessa participação na formação dos acadêmicos, sobretudo de Cursos de Licenciatura. A oportunidade de experimen-

tar as discussões e os estudos desenvolvidos intramuros da Universidade na sua dimensão prática é certamente a porção mais enriquecedora desta ação, uma vez que motiva o desenvolvimento de novos saberes na relação estabelecida com os moradores, com as políticas públicas e com o ensino de História. A remoção da Vila Dique não é um acontecimento único na história da cidade e está ligada a políticas públicas em nome do “progresso” que são recorrentes, sobretudo nos grandes centros urbanos. Historicizar tais processos não é também compromisso do ensino de História?

– Na interdisciplinaridade e múltiplos olhares sobre uma realidade devido à parceria com os profissionais de saúde, imprimindo outras dimensões, ideias, sensibilidades e cuidado. Tal experiência é também importante para os profissionais de saúde, tanto da Unidade de Saúde Santíssima Trindade (USST), como dos estudantes dos cursos da área da saúde, visto que o Sistema de Saúde Comunitária do GHC é campo de ensino e possibilita a residência em Medicina de Família e Comunidade e a Residência Integrada em Saúde, com ênfase em Saúde da Família.

– Na tensão que permeia as diferentes narrativas de sujeitos que são múltiplos, mas submetidos a processos de homogeneização materializados em casas construídas “em massa”, logo desfeitos pelo morar que expressa a diferença nos “puxadinhos” e no colorido das casas, tão recorrentes no Conjunto Habitacional Porto Novo. O colorido das casas do Porto Novo mostra que o propósito de “igualar” e homogeneizar não passa de uma ilusão conceitual e ideológica, parte de preconceitos e simplificações que só servem para também simplificar conflitos, situações complexas e soluções que, para tanto, se tornam equivocadas.

– Na importância das Rodas de Memórias como parte de um projeto de extensão popular que não se pauta no viés econômico com atividades relacionadas ao mundo do trabalho. O que se busca nesses encontros é construir um espaço de contar histórias, signifi-

car o tempo vivido e reafirmar vínculos com o outro, com o lugar e com a vida.

– Nos significados que formam as identidades – sempre em mutação – dos moradores. Da Vila Dique como lugar conhecido para o Conjunto Habitacional Porto Novo, lugar de novas vivências onde os pertencimentos são ressignificados. Se é certo o que afirma o poeta Mário Quintana: “Quem disse que eu me mudei? Não importa que a tenham demolido: A gente continua morando na velha casa em que nasceu”, então os vínculos permanecem vivos, latentes, inscritos na memória. Ainda que a transferência possa ser um momento difícil para alguns moradores, os vínculos e as sociabilidades serão reorganizados no novo local, significando o acontecimento da remoção.

A ação de extensão *Memórias da Vila Dique* representa uma possibilidade de acompanhar os desdobramentos da atuação pública na vida cotidiana das pessoas envolvidas e, talvez, construir, com base nas Rodas de Memórias, um espaço de contar/escutar sobre o que nos passa, nos toca e nos acontece, o que requer suspender a opinião e o juízo, abrir os olhos e os ouvidos, “escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço” (LARROSA, 2002, p. 24). Foi, sim, um encontro que afetou a todos e nos deixou em “estado de experiência”, entendendo a experiência como “uma relação com algo que se experimenta, que se prova” (LARROSA, 2002, p. 25), algo que nos toca e, ao tocar, nos transforma. É assim, que nos sentimos ao final de 2012, quando o projeto completou dois anos e meio. Tempos em que tudo foi feito com a cabeça e o coração.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Traduzido por Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CALLEJO, Javier. **El Grupo de Discusión**: introducción a una práctica de investigación. Barcelona: Ariel, 2001.

CANCLINI, Nestor García. O patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional. **Revista do IPHAN**, n. 23, p. 94-115, 1994.

FURTER, Pierre. **Educação e vida**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>>. Acesso em: 20/jan./2011.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, 2002.

_____. Notas sobre a narrativa e a identidade. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **A aventura (auto)biográfica: teoria & empiria**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 11-22.

LECCARDI, Carmen. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol. 17, n. 2, nov. 2005.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Traduzido por: Maria do Carmo Alves do Bomfim. Rio de Janeiro: Vozes. 2001.

_____. **Il gioco dell'io; il cambiamento di sé in una società global**. Milano: Feltrinelli, 1992.

WELLER, Wivian. Grupos de Discussão na Pesquisa com Adolescentes e Jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 241-260, maio/ago. 2006.





VIVÊNCIAS COM HISTÓRIA ORAL E RODAS DE MEMÓRIAS

Naiara M. R. G. de Assunção – UFRGS¹

“Há historiadores que são fãs dos arquivos, que sentem a necessidade de segurar o papel velho, e que falam disso, do mesmo modo que eu posso falar, depois da entrevista, do cafezinho servido por aquela velha senhora que quase me chamou de filho...”

Michael Pollack²

O contato com a história oral

A tradição historiográfica positivista negava qualquer fonte que não partisse de um documento oficial, único capaz de ser objetivo e portar fatos históricos de forma fidedigna. Posteriormente, a Escola dos Annales passou a dar preferência a fontes quantitativas que permitissem estabelecer panoramas sobre processos históricos de longa duração, porém mantendo a “verdade histórica” atrelada ao documento, às estatísticas, à prova física dos fatos (ALBERTI, 2005).

¹ Este artigo é uma escrita conjunta entre mim, uma graduanda do curso de História-Bacharelado da UFRGS e a professora coordenadora do projeto Memórias da Vila Dique, Carmem Zeli de Vargas Gil. De minha parte, pretendo esclarecer como criei interesse pelos estudos em história oral e como isso levou à minha inserção no projeto Memórias da Vila Dique. A partir disso, com o auxílio da professora, procuramos refletir sobre a metodologia de trabalho do Projeto e a forma como construímos e as relações entre a academia e a Vila Dique.

² POLLAK, 1992, p. 12.

Pelos contatos em meus estudos sobre Patrimônio Histórico e Cultural, Memória e Teoria da História, percebi que tal visão foi completamente revista, quando surgiu, entre outros métodos e linhas teóricas, a História Oral na década de 1950 (a partir da invenção do gravador de voz). Com a História Oral, aparecem novos debates sobre seus usos e limitações: a veracidade do testemunho, a subjetividade implícita na fala do interlocutor, as mudanças do relato em relação ao ocorrido por estar apoiado em um recurso tão complexo como a memória (VOLDMAN, 1998).

Estas questões levantadas pelo aparecimento da História Oral como fonte trouxeram à tona o fato de que mesmo fontes escritas estão sujeitas à subjetividade tanto de seu produtor quanto de quem a lê. “O documento escrito deixou de ser o repositário exclusivo dos restos do passado”, nas palavras de Verena Alberti (2005, p. 164), passando a se considerar uma diversidade de vestígios que, se trabalhados como fonte, enriquecem o saber historiográfico, ampliando as possibilidades de interpretação do passado. A defesa incondicional da objetividade já pode ser considerada um reducionismo perigoso aos estudos históricos, pois, dessa forma, restringe a realidade, não levando em conta a pluralidade possível na análise do subjetivo.

Esta complicada análise da carga subjetiva contida na fonte oral fez com que eu me interessasse pelo aprofundamento de estudos em relação a isso, somado à reflexão de Michael Pollack presente na epígrafe deste texto. Tais palavras fizeram-me perceber que o trabalho com história oral é um dos raros que faculta ao historiador entrar em contato direto com os grupos humanos que estuda, permitindo a vivência da História que contamos e, justamente por isso, gerar grandes possibilidades de análise, além de demandar uma grande sensibilidade do pesquisador.

A vivência de tal sensibilidade tem sido riquíssima no trabalho na Vila Dique: nas reuniões de estudos, nas discussões e textos abor-

dados; nas reuniões de equipe, pelo contato com profissionais de várias áreas; e, claro, nas experiências com os próprios moradores da Vila Dique. É nessas ocasiões que percebemos os vínculos que se formam em um trabalho como este e as possibilidades que tais relações trazem. Devido às Rodas de Memórias e demais encontros com as pessoas que queríamos ouvir, pude entender Errante (2000, p. 152) nesta passagem:

Com cada memória íntima, pessoalmente importante, que os narradores me ofereciam, eles revelavam sua humanidade. Isso estabelecia ressonância com a minha própria humanidade. Eu parava de escutar o que eu podia extrair da narrativa e começava a ouvir a pessoa toda.

As falas dos moradores possibilitaram nossa aproximação com seu mundo, permitindo perceber a humanidade que existia além do “estereótipo Vila Dique” (como violenta, perigosa, isolada). Começamos, então, a pensar nossa relação com um espaço da cidade que, a princípio, deveria ser evitado por sua periculosidade, mas que possui uma história tão rica e seres humanos dispostos a contá-la.

O contato com o projeto Memórias da Vila Dique

Todas estas considerações sobre a história oral despertaram meu interesse em vivenciar este trabalho que me pareceu tão desafiante, o que se concretizou a partir do contato com o projeto Memórias da Vila Dique. Tal trabalho visa à produção de memórias, com base nas Rodas de Memórias de moradores da Vila em processo de remoção, devido à ampliação da cabeceira do Aeroporto Salgado Filho em Porto Alegre. Ineri-me como bolsista voluntária, a partir de março de 2012, quando o projeto já se desenrolava há, mais ou menos, um ano e meio. Iniciei participando das reuniões de estudo, onde fui interada dos objetivos e da metodologia do Projeto, do material produzido e dos textos e autores que vinham guiando o trabalho do grupo.

Nas reuniões de equipe, conheci os integrantes que compunham nossa intermediação com os moradores da Vila Dique: a equipe do posto de saúde da comunidade (a Unidade de Saúde Santíssima Trindade do Serviço de Saúde Comunitária do Grupo Hospitalar Conceição). Mediante este contato, professores e alunos da Universidade puderam se inserir na comunidade e realizar os convites para que os moradores dessem seus depoimentos na forma de rodas de memórias e de entrevistas individuais.

As Rodas de Memórias

A utilização das Rodas de Memórias como percurso investigativo surgiu por uma análise prévia que levou em conta outros dois tipos de dinâmica em grupo: os grupos focais e os grupos de discussão. Os grupos focais se caracterizam como um debate aberto composto por uma média de oito pessoas que não precisam, necessariamente, ter algum vínculo entre si e são convidadas a debater sobre um assunto com a ajuda de um mediador. Já os grupos de discussão, constituem-se mais como uma entrevista em grupo em que o mediador tem papel mais atuante, conduzindo o que vai ser dito por meio de perguntas. Já a conversação que se desenvolve nas Rodas é compreendida no sentido de “processo livre, aberto, democrático, informal, onde os indivíduos se podem manifestar tal como são, sem se sentir presos a papéis determinados” (WOODS, 1987 apud SARMENTO, 2003, p. 162), de modo a possibilitar que as memórias possam fluir numa relação amistosa, permitindo a espontaneidade, seguindo devagar suas derivas e percorrendo com atenção os seus espaços de silêncio (SARMENTO, 2003).

As Rodas de Memórias, portanto, foram escolhidas em detrimento das outras duas formas de escuta devido a seu caráter mais livre e dinâmico. Com poucos trabalhos acadêmicos realizados sobre elas, não seguimos um modelo pronto e montamos as características

das Rodas de acordo com o objetivo de estudo e as leituras sobre memória. Elas constituíram-se de reuniões de oito a doze moradores da Vila Dique, na faixa etária entre quarenta e cinco e setenta anos de idade e que morassem nesse lugar de quinze a quarenta anos, levando como critério de escolha aqueles moradores mais antigos, que participaram das primeiras lutas e vivências da Dique. Tal mapeamento dos participantes das Rodas foi realizado pela equipe do posto de saúde devido ao conhecimento que os profissionais da unidade de saúde possuíam dos moradores, em relação a outras situações de relatos públicos.

Diferentemente de um grupo de discussão, todos se conheciam e partilhavam vivências. O convite era para que falassem sobre a Vila Dique: Por que vieram para esse lugar? O que encontraram? O que fizeram? Como viviam? O que esperavam para o futuro? O objetivo era ouvir os participantes, inserindo-os em um ambiente que possibilitasse o diálogo e a conversa, sem instigá-los à discussão. Essa dinâmica se aproxima muito mais de um diálogo, no qual a estrutura de entrevista – pergunta/resposta – não existe. Dessa forma, os moradores reunidos conversavam sobre os significados pessoais e partilhados de suas experiências, e as memórias em relação a um determinado assunto afloravam, e uma fala instigava a lembrança de outra pessoa, mantendo o fluxo de memórias.

Assim, as Rodas de Memórias se constituíram em encontros de pessoas que se conheciam, organizadas para ouvir histórias a respeito de um tema, compondo uma dinâmica específica que envolvia a apresentação dos convidados e rodadas de lembranças de temas colocados pelo mediador. Nelas, tanto a equipe como os moradores se distribuía em uma única roda em que todos se apresentavam e ficavam livres para tomar a palavra quando achassem pertinente. Duravam, em média, de uma hora e meia a duas horas, ocorrendo aos sábados, devido à disponibilidade dos moradores. Cada roda tinha, portanto, um mediador conhecido dos moradores e um mediador da

Universidade que atuava de forma mais discreta. Outras duas pessoas eram as observadoras: uma anotava a sequência das falas, possibilitando a identificação dos participantes no momento da degravação, e outra anotava impressões gerais.

Até o momento em que escrevo este texto, foram realizadas três Rodas de Memórias. A primeira roda ocorreu em junho de 2011, no Clube de mães da Vila Dique, um espaço importante que lembrava as lutas dos moradores. A segunda realizou-se em setembro de 2011, no posto de saúde da Vila Dique (agora, já desativado). A terceira, em maio de 2012, no posto de saúde do Porto Novo, local onde as famílias são reassentadas. Tal distribuição de locais e datas nos permitiu visualizar a vivência dos moradores em diferentes etapas da remoção: quando ainda nutriam expectativas e ansiedades em relação ao local para onde se dirigiriam e suas impressões do Porto Novo e da “Dique Velha” em um momento em que já estavam instalados em sua nova moradia.

A dinâmica para as Rodas foi pensada como uma possibilidade de descontração e de diálogo: eram recebidos pelos profissionais do Posto de Saúde e apresentados aos demais componentes da equipe. Convidados a sentar em círculos, ouviam inicialmente a respeito do Projeto e sobre o Termo de Consentimento. Geralmente um dos profissionais do posto explicava a respeito da necessidade do Termo e que implicações isso traria a eles. Alguns questionavam sobre o uso das imagens, porém, percebia-se que a confiança era nos profissionais do Posto.

Cada roda contou com uma dinâmica inicial diferente: na primeira, o mediador lançou questionamentos, incentivando-os a falar sobre as vivências em outros tempos da Vila Dique. Alguns profissionais de saúde, inclusive, comentavam sobre suas experiências com os moradores e, a partir disso, as narrativas se entrelaçavam umas às outras. Na segunda roda, o mediador apresentava temas diversos sobre a Vila Dique, ontem e hoje. A terceira roda teve início com um

videodocumentário a respeito da remoção, que provocou muita emoção nos participantes. Tais dinâmicas foram pensadas no sentido de evocarem a memória dos participantes.

Tendo em mente não a procura metódica pela objetividade (impossível de ser alcançada, sendo a fonte oral ou não) e que o conteúdo das fontes orais dependem largamente do que os entrevistadores põem em termos de questões, diálogos e relações pessoais (PORTELLI, 1997), procuramos instigar as lembranças dos entrevistados. Com base no pressuposto lançado por Thomson (1997, p. 56) de que “compomos nossas reminiscências para dar sentido à nossa vida passada e presente [...]. Experiências novas ampliam constantemente as imagens antigas e no final exigem e geram novas formas de compreensão,” pensamos ser essa uma forma de reviver a remoção, baseados na narrativa de outras pessoas (no caso dos relatos dos profissionais da saúde e do videodocumentário).

A mediação das Rodas residia, principalmente, na figura de Almerinda Gambin (a Miranda), integrante da equipe do Projeto, participante ativa das reuniões de planejamento, moradora da Vila Dique e Agente de Saúde do Grupo Hospitalar Conceição, sendo de extrema importância na dinâmica dos encontros. Devido a sua relação próxima com a maioria dos moradores, os convites que realizou foram quase que plenamente atendidos. A sua fala inicial incentivava os moradores a contar suas histórias e estes se sentiam à vontade em compartilhar suas vivências passadas e pensamentos sobre seu presente, constituindo-se três Rodas riquíssimas em ideias, contrastes e permanências.

Mesmo com a presença de desconhecidos (nós, acadêmicos) o ambiente era acolhedor, pois todos nutriam simpatia pela equipe do posto composta por Amélia (médica), Chris (psicóloga) e Magda (técnica em saúde bucal), entre outros que também foram nossos mediadores. Quando alguém da Vila fazia um questionamento a respeito de alguma atividade da equipe, Mirada justificava sempre com a fra-

se: “Isso é para o Memória Dique”. Aos poucos, essa frase foi abrindo caminhos à equipe que circulava na Vila, fazendo fotos, entrevistas ou observando campanhas e reuniões no Posto de Saúde.

Os encontros, em geral, foram encerrados com um lanche coletivo. A descontração desse momento final possibilitou que os moradores continuassem falando sobre suas vivências. Foram unânimes em ressaltar a importância da roda como sendo uma oportunidade de se reunirem com outros moradores para contar histórias da Dique. Pareciam contentes após dividir suas vivências e perguntavam quando haveria um novo encontro. Percebemos, portanto, que o processo das Rodas de Memórias, da mesma forma que foi produtivo para nós, equipe do Projeto, por estabelecer as dinâmicas da Vila no passado e no presente, também foi gratificante para aqueles que conseguiram dividir um pouco de suas experiências e reviver momentos antigos, nem tão antigos. Ao final de cada roda, percebíamos o quanto estávamos aprendendo com a experiência da escuta. A escuta do outro e a busca do diálogo respeitador, bases fundamentais para este trabalho, têm ajudado a equipe a pensar os temas de sua inserção: a formação de professores, a saúde coletiva e a extensão popular. Cada um, de seu lugar de atuação, busca entender sem classificar, numa atitude de respeito e compreensão do outro.

Esta interação entre nós, acadêmicos, e os moradores traz à tona reflexões sobre um aspecto de extrema importância para qualquer trabalho com História Oral: a ética. Por estarmos lidando com pessoas ainda vivas, as histórias resultantes de nosso trabalho podem afetá-las positiva ou negativamente. Devido a isso, levamos em conta que questões pessoais, partilhadas na entrevista, poderiam tornar-se públicas, e, nesse caso, os objetivos acadêmicos sempre ficavam em segundo plano. Da mesma forma, procuramos ter em conta que o trabalho com História Oral cria novas histórias concernentes a pessoas ainda vivas, o que pode afetar seu presente. Em nosso trabalho, procuramos analisar até que ponto os dados ali apresenta-

dos poderiam afetar a vida, a reputação e a memória daqueles a quem ele se refere.

As entrevistas individuais e as oficinas de fotografia

Outro recurso utilizado foram as entrevistas individuais, realizadas com um roteiro prévio, não estático, o que permitiu uma maior fluidez nas conversas. As entrevistas foram importantes no sentido de aprofundar alguns questionamentos surgidos ao longo do trabalho e, com base nelas, entramos em contato de forma mais detalhada com as vivências individuais de alguns moradores e suas relações com a história da Dique.

Assim como os registros das falas, deu-se importância ao registro de imagens como evidências para a pesquisa. Para incentivar o fluxo de memórias e ter como recurso não apenas os registros orais, mas também imagens compostas por moradores, foram realizadas oficinas de fotografia em que, inicialmente um profissional instrua de forma rápida e básica a utilização de câmeras fotográficas e, após, os participantes saíam a campo para tirar fotos em conjunto com a equipe, que também fez seu registro, ampliando as impressões deixadas pelo Projeto.

A primeira oficina foi realizada em junho de 2012 e compareceram duas moradoras que tiraram as fotos no Porto Novo para onde já haviam sido reassentadas. A ideia inicial era realizar os encontros com gestantes, que passavam por uma fase dupla de mudanças: sua ida para o Porto Novo e o nascimento de um filho. Propomos que registrassem aquilo que gostariam que seu filho contemplasse no futuro, marcando, assim, as impressões de seu passado que consideravam importantes a serem preservadas para a posteridade. Percebemos, porém, que realizar as oficinas apenas com mulheres grávidas era muito complicado, pois poucas se mostravam dispostas a sair de casa em um fim de semana ainda mais em uma fase em que são ne-

cessários tantos cuidados como uma gestação. Resolvemos, portanto, ampliar o público dos convidados para aqueles com quem já tínhamos contato nas Rodas de Memórias.

A segunda oficina foi realizada no dia 28 de julho de 2012 e dela participaram antigos moradores da Vila Dique que já haviam sido reassentados para o Porto Novo. Após uma conversa na Unidade de Saúde do Porto Novo, três moradores e os integrantes da equipe do Projeto se dirigiram à Vila Dique, local que habitaram durante a maior parte de sua vida. Este deslocamento para o local do qual foram removidos evocou uma série de lembranças que foram evidenciadas pelas imagens produzidas e pelas conversas que realizamos ao longo da atividade. Cada um escolheu fotografar lugares, objetos e paisagens significativas, marcando a emoção no reencontro com o que tinha sobrado da casa que já não existia mais.

Porém, não só de sucessos foi feito nosso trabalho. Nem todas as rodas planejadas foram realizadas, nem todos os convites foram atendidos e nem todas as oficinas contaram com o público esperado. Procurando não perceber tais acontecimentos como dificuldades, e sim como parte de um trabalho com História Oral, foram úteis para reavaliarmos nossas abordagens. Buscando aprender com cada imprevisto, pudemos nos questionar: “Por que os convites não foram atendidos?”, “Seria essa a melhor forma de nos aproximarmos da comunidade?”. As contingências e tropeços durante a caminhada serviram, portanto, para tornar o trabalho mais rico e dinâmico.

A forma de olhar para o material produzido

No decorrer do trabalho, dois movimentos foram feitos paralelamente, buscando refletir sobre o que tinha sido produzido nas rodas, nas entrevistas e nas oficinas: primeiro, encontros semanais de discussão e leituras sobre História Oral, memória e remoções de populações em diferentes estados brasileiros entre os integrantes da equi-

pe vinculados à UFRGS. Segundo, encontros mensais de estudo e planejamento, ocorridos no Posto de Saúde, reunindo uma equipe que era, na sua base, multidisciplinar (uma psicóloga, uma médica, uma agente de saúde, quatro alunos de História e uma aluna de Ciências Sociais, uma professora de História, uma bióloga e técnica em saúde bucal).

Para a análise do material produzido, inicialmente, realizou-se a gravação das Rodas de Memórias e entrevistas por bolsistas que participavam da equipe e acompanhavam os encontros de estudo, planejamento e execução das atividades do Projeto. As marcas de oralidade foram mantidas e alguns critérios, códigos ou marcas foram estabelecidos, a fim de uniformizar as transcrições.

Para a análise das falas gravadas, organizou-se um instrumento/tabela que possibilitasse à equipe identificar temas que diziam respeito à história da Vila Dique, pessoas marcantes, conquistas, dificuldades e as vivências do passado e do presente. Para cada uma das rodas e entrevistas, os integrantes da equipe de acadêmicos preencheram individualmente as tabelas com suas impressões e, após, elas eram discutidas coletivamente nas reuniões de estudo, permitindo traçar um quadro comparativo entre as Rodas de Memórias, as entrevistas e outras vivências da equipe na Vila.

Para levar tal material para as reuniões mensais de equipe, elaboramos cartazes que contrapunham as três rodas realizadas, evidenciando elementos exclusivos de cada roda ou aquelas que eram fala comum nos três eventos, levando em consideração o momento e as vivências presentes de cada participante sobre as duas questões principais: o que foi dito sobre as vivências na Vila Dique e o que foi dito sobre a história da Vila Dique. Com esses dados, foi possível elaborar conjuntamente ideias concernentes à dinâmica das memórias em relação ao início da vida na Dique, as lutas por melhorias que lá ocorreram e a remoção que hoje se faz presente na vida tanto dos que continuam na Dique quanto daqueles que foram para o Porto Novo.

A análise, portanto, se ampliava, configurando-se num processo de reflexão coletiva.

Constituindo-se como um recurso para organizar nossas ideias e não como um limitante de categorização, as tabelas e cartazes elaborados, assim como todo material produzido durante a pesquisa, foram analisados conforme exposto acima. As falas das três rodas estavam sempre em discussão, sendo contrastadas, pensadas e discutidas à luz dos referenciais teóricos que se estava lendo. Esta análise se desenvolveu sob a forma de diálogo em que falas das entrevistas e rodas, notícias que coletávamos, vídeos, imagens faziam instigar o fluxo de ideias pertinentes à pesquisa.

Tais encontros de análise das falas das rodas eram de muitas aprendizagens, considerando que cada um olhava do seu lugar de formação, o que configurava uma riqueza de abordagens para as experiências relatadas. De suma importância foi este caráter dialógico nas discussões sobre todo o material produzido durante o Projeto. A partir de conversas semelhantes às Rodas de Memórias, todos os membros da equipe apresentavam suas contribuições para a análise, sendo uma fala evocadora da outra, possibilitando que pessoas que se inseriram em diferentes momentos do Projeto mostrassem seu ponto de vista. Pudemos contrastar as visões daqueles que participaram ou só leram a roda/entrevista transcrita, ou mesmo de quem participou de todo o processo.

Nas reuniões, discutíamos nossas observações sobre as Rodas: impressões sobre os silêncios, expressões faciais, gestos, palavras empregadas, tom de voz, olhares, hesitações, tudo que gera indícios que podem ser considerados em estudo de História Oral. Levamos em conta que nos apoiamos em um recurso tão rico e intrincado como a memória, o que não torna os resultados menos precisos, pois a problematização do que se mostra como a memória do entrevistado gera conhecimento. Nas palavras de Alistair Thomson:

Na tentativa de eliminar fantasias, alguns profissionais descuidavam-se das razões pelas quais as pessoas constroem suas memórias de modo específico e não conseguiam enxergar como o processo de afloramento de lembranças poderia ser a chave para ajudá-los a explorar os significados subjetivos das experiências vividas e a natureza da memória individual e da memória coletiva. Não percebiam que as chamadas “distorções” da memória, embora talvez representassem um problema, eram também um recurso (1997, p. 52).

Cabe destacar também que Miranda, ao mesmo tempo que era parte da equipe, era moradora da Vila Dique. Sua história se confundia, muitas vezes, com as histórias narradas nas Rodas. Miranda foi presidente do clube de mães, cuidou e alfabetizou crianças. Esteve junto às lideranças da Vila nas lutas pela construção do posto de saúde, creche, escola e galpão de reciclagem. Começou um grupo de educação em saúde que funcionava em sua casa e, em seguida, assumiu como agente comunitária de saúde do Serviço de Saúde Comunitária do Grupo Hospitalar Conceição. Vivenciou a remoção como expectativa, esperança, tristeza, sonho desfeito, descaso e como recomeço de novas lutas.

Tal situação configurou peculiaridades ao projeto *Memórias da Vila Dique*, nem sempre bem vindas pela academia. Ao mesmo tempo que se analisavam as falas pronunciadas nas Rodas, buscando recorrências, dissonâncias, continuidades, descontinuidades, tinha-se a presença da Miranda que tensionava com novos elementos da vida cotidiana que ela experienciava durante a remoção e o reassentamento no Conjunto Habitacional Porto Novo, criando fortes vínculos tanto com os participantes do Projeto, quanto com o Projeto em si. Sendo assim, é fundamental explicitar e considerar os pertencimentos da equipe e as implicações de tais questões nas escolhas a respeito do que dizer e do que silenciar.

Procuramos, portanto, levar em conta, em nossa análise, não apenas a subjetividade implícita nas falas, mas também a nossa própria. Não é prudente desconsiderar o fato de que, em um trabalho

com História Oral, é o próprio pesquisador quem determina o que deseja estudar, escolhendo alguns narradores e não outros, as perguntas a serem feitas, as histórias que deseja que eles contem, dando atenção às memórias que considera relevantes para sua pesquisa, fazendo uma seleção dentro do grande universo de possibilidades em que o entrevistado o insere. “Em vez de serem participantes neutros e objetivos nos eventos de história oral, essas escolhas se tornam modos pelos quais historiadores orais vicariamente³ rememoram e contam” (ERRANTE, 2000, p. 168). Dessa forma, pode-se considerar que as entrevistas ou rodas de memórias sempre têm algo de autobiográfico, tocando as próprias vivências e identidades do pesquisador. Nosso papel, portanto é considerar nossa própria carga subjetiva dentro do trabalho para que isso se torne um recurso e não um empecilho.

Errante faz referência aos modos de contar, destacando o alinhamento do presente com o passado.

Nossa posição no mundo não somente afeta nossa interpretação do mundo como também nosso senso do eu serve de intermediário para nosso modo de contar e rememorar o mundo – e nosso lugar dentro dele – para os outros (2000, p. 163).

As implicações de uma aproximação tão grande com os moradores, e mesmo com algumas lideranças, colocava à equipe o desafio de, ao analisar as falas, explicitar e considerar nossos afetos e desafetos com o que cada um vivenciava. As palavras de Errante eram nosso porto seguro:

E talvez algumas memórias sejam mais significativas quando elas são compartilhadas com alguns públicos e não com outros, ou melhor narradas sem a presença de um entrevistador. E se eu tivesse

³ Memórias vicárias são aquelas apropriadas, que não vivenciamos mas que por meio de narrativas e lembranças de outras pessoas passam a fazer parte de nossa própria memória. “Memórias vicárias... acontecem quando as memórias de outros se tornam uma parte da realidade para aqueles que ouvem as memórias mas não tinham experienciado os eventos aos quais as memórias se referem” (TESKI; CLIMO, 1995, p. 9 apud ERRANTE, 2000, p. 165).

dado aos narradores um gravador e pedido a eles para gravar eles mesmos, como contariam suas experiências educacionais para seus filhos e netos? E se eu tivesse pedido aos moçambicanos para convidarem qualquer pessoa que eles quisessem que participasse de seus eventos de história oral? Eu não creio que isso distorcia a exatidão dos “fatos” que os narradores lembrariam. Mas minha odisséia sugere, justamente, que histórias são melhor recontadas em certos contextos do que em outros (2000, p. 168).

Apostou-se, então, que a convivência e a proximidade com os moradores, os profissionais do Posto de Saúde e algumas lideranças seriam ingredientes de uma leitura ética das histórias e memórias dos moradores da Vila Dique.

O resultado destas análises está presente neste caderno de textos assim como no Caderno de Memórias composto por fotografias tiradas pelos moradores e pela equipe, falas presentes nas entrevistas e Rodas de Memórias e citações de textos importantes em nossos estudos. Trabalhos sensíveis como devem ser os trabalhos de História Oral. Trabalhos marcantes, não só para aqueles que fizeram parte de sua elaboração e organização, mas também para a comunidade que se dispôs a contar um pouco de sua história para que tudo isso fosse possível e realizável.

Referências

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.

ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. **Revista História da Educação**, Pelotas, v. 4, n. 8, p. 141-174, set. 2000.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Projeto História: Cultura e Representação, São Paulo, v. 14, p.25-39, fevereiro, 1997. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/11233/8240>>. Acesso em: 8 dez. 2011.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Depto. de História da PUC/SP**, São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

SARMENTO, Manuel Jacinto. O estudo de caso etnográfico em educação. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Org.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DPA, 2003.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 33-41.



A FOTOGRAFIA A MUITAS MÃOS

Rafael Antunes do Canto¹

“Se queres saber quem sou,
Se queres que te ensine o que sei.
Deixa um pouco de ser o que tu és
E esquece um pouco o que sabes.”

Tierno Bokar
(Amadou Hampaté Bâ, 1981:212)²

A epígrafe acima representa muito do que tivemos de fazer para tentar visualizar o mundo daquelas pessoas que abriram seu “Mundo” a nós: os moradores da “antiga” Vila Dique, ou do “futuro” Porto Novo. Tal qual como fala o antigo *Griot* Tierno Bokar à Hampaté Bâ, quando esse foi buscar seus conhecimentos acerca do passado, transmitido em forma de tradição oral na costa ocidental Africana. Creio que essa viagem a um outro mundo diferente do nosso, foi feita por todos os participantes do projeto Memórias da Vila Dique. Da mesma forma que Hampaté Bâ teve Tierno

¹ Graduado em História – Licenciatura, atuou por dois anos como Mediador no Museu Universitário da UFRGS. Atua na área de fotografia, e pesquisa *História da Cultura Marítima, entre África e Brasil*, sob orientação do professor, José Rivair Macedo. Trabalha no projeto de pesquisa, Memórias da Vila Dique sob orientação da professora Carmem Zeli de Vargas Gil.

² HAMPATÉ Bâ, Amadou. **A tradição viva**. História Geral da África vol.I, Brasília; UNESCO, 2010, cap. 8.

Bokar como seu guia nesse processo de conhecimento, nós tivemos os moradores da comunidade, como os nossos³.

Pensar na utilização da fotografia como forma de registrar os espaços urbanos e suas transformações não é nenhuma novidade. Diversos são os projetos e fotógrafos que vêm produzindo trabalhos excelentes nessa área. Sebastião Salgado, fotógrafo de renome internacional, talvez seja o mais famoso e conhecido, mas não é o único. Contudo, pensar a fotografia como ponto de partida para refletir sobre os espaços da cidade, pode nos dar um outro caminho, muito interessante. O caminho da história. Essa história da cidade que quer ser contada, ou aquela que não se quer contar.

Duas recentes publicações de colegas da área da história nos fazem pensar no quanto essa fotografia “registro” tem sido importante no que toca à construção de identidades e de espaços dentro desse embate de forças que se dá na questão das identidades⁴. O projeto “Leituras da Cidade”, que tem por organizadora a professora Zita Rosane Possamai (2010), produziu um livro que trata, entre outros temas, dos registros fotográficos da cidade. O projeto em si é bem mais amplo que apenas o livro, possui um acervo disponibilizado em site para ser utilizado por professores de História e pretende continuar buscando elementos sobre a cidade de Porto Alegre e seus registros⁵. Além do trabalho da Professora Zita, o professor Cláudio de Sá Machado Júnior (2009) também produziu um livro com esse

³ Amadou Hampaté Bâ foi um pesquisador do Mali, que teve grande contribuição na questão da aceitação da tradição oral Africana dentro dos meios acadêmicos. Escreveu em especial *O menino Fula* obra que consagra suas lembranças. Apresenta as perspectivas metodológicas apuradas quanto à tradição oral e o quanto é importante no contexto africano, como isso dificulta o entendimento ocidental acerca da história dessas populações.

⁴ Para um entendimento melhor dessas lutas em relação às construções de identidades ver, BOURDIER, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989. Em especial os capítulos V e VI.

⁵ O projeto “Leituras da Cidade” tem como publicação, que foi disponibilizada para diversas bibliotecas públicas de escolas pela cidade o livro: POSSAMAI, Zita Rosane (Org.). **Leituras da Cidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

mesmo recorte. Entretanto, o trabalho de Sá Machado é voltado para o registro da sociedade porto-alegrense na década de 1930, em especial as fotografias da Revista do Globo, revista importante do período⁶.

Ao final, o que pretendemos mostrar é que o registro fotográfico vem sendo alvo de estudos na área da história com bastante ênfase. Sendo assim, o projeto Memórias da Vila Dique se insere nesse conjunto de estudos, mas com uma peculiaridade muito especial: a de que as fotografias foram feitas por todos os participantes do projeto, ou grande parte deles; que essas fotos são o registro de diversas visões, e que sendo assim é um projeto mais do que plural, é uma fotografia feita a muitas mãos, ou melhor, a muitos olhos. E é essa visão plural do Projeto que me cativou desde o início.

Minha entrada no Projeto se deu por meio de uma colega com a qual já havia trabalhado. Recebi o convite para compor o grupo e foi como um presente. A ideia de um caderno de memórias com fotografias produzidas por muitas mãos, muitas visões é um grande desafio. Muitas vezes, as pessoas imaginam livros fotográficos apenas pensando no contexto estético. O que pretendíamos ia muito além do estético, e foi muito além do que poderíamos imaginar. A ideia inicial era de que faríamos oficinas de fotografia com os moradores da “Dique”⁷, e que iríamos com eles fotografar os espaços, que considerassem importantes para registrar. Como um bom projeto, o nosso não seguiu pelas vias ensaiadas ou pelos caminhos que pretendíamos. Ele se modificou se transformou, se compôs, de acordo com as vivências

⁶ MACHADO JUNIOR, Cláudio de Sá. **Imagens da sociedade Porto-Alegrense: Vida pública e comportamento nas fotografias da Revista do Globo (Década de 1930)**. São Leopoldo: Oikos, 2009.

⁷ A Vila “Dique” foi uma descoberta para o grupo do Projeto e em especial para mim. Não só desconhecíamos quase por completo sua existência, como também acabamos por conhecer a “Velha” Dique, o espaço onde grande parte da comunidade vivera por muitos anos e a “nova” dique, ou o Porto Novo, espaço para onde aquela comunidade foi transferida. Foi um mergulho em uma “outra” cidade que desconhecíamos, mas que existia dentro da nossa cidade.

que tínhamos com o pessoal da Vila, e entre nós mesmos. Aquilo que pretendíamos por “oficinas” tornaram-se deliciosos encontros, de conversas agradáveis, em sábados luminosos de inverno, saboreando um delicioso café quente, ou mesmo nos dias nublados e frios da Capital. Não havia como ser diferente. Depois de conhecermos as histórias da Vila Dique, como se formou, das dificuldades diárias, de todos os problemas relacionados à remoção e ao reassentamento. Nosso trabalho tinha que tomar a forma que pudéssemos dar a ele, e foi uma linda forma, de fotografias marcantes, fotografias que falam por si, pelo passado, e pelo futuro daquelas pessoas que nos ajudaram a encontrar o caminho para esse registro.

Registro é uma palavra sagrada para o historiador. No nosso Projeto um dos pontos mais discutidos foi sempre este: o que seria fotografado como registro para as futuras gerações conhecerem o que tinha sido o primeiro espaço da Vila Dique. Na discussão do que representa cada espaço fotografado e selecionado para o Caderno, diversas seriam as formas de analisar. Teríamos novamente de nos voltar a Bourdier (1989) para entender esses jogos de poder que entre nós aconteceram na hora de selecionar os registros. Entretanto, no que concerne ao registro histórico, nossas fotografias são registros de um local e período bem determinado, podendo ser utilizadas futuramente como objeto de estudo em pesquisas. Aqui não cabe uma análise mais profunda quanto ao uso das fotografias como fonte histórica, contudo, para quem quiser saber mais, é fundamental o livro de Boris Kossoy (1989).

No transcorrer do nosso Projeto, minha vida foi modificada completamente, há exatos oito meses, pois nasceu minha filha, minha pequena Catarina. Essa mudança foi primordial na minha forma de ver o que acontecia com aquelas famílias, que viviam a remoção e tinham de mudar, física e psicologicamente, para um novo espaço com o qual não tinha nenhum vínculo afetivo. Ao mesmo tempo que esse sentimento de perda surgia em meus questionamentos, surgia

também, junto aos alvares da paternidade, a visão de um mundo novo que se abria para alguns, um novo começo, em uma nova casa, talvez melhor que a anterior. Todos esses sentimentos são a expressão do nosso Projeto. Angústias, sonhos, pesadelos, dúvidas, foi essa multiplicidade toda que compôs as fotos do Caderno de Memórias da Vila Dique.

Como fazer para fotografar a casa, o bairro, a rua dos outros? Essa é uma eterna tragédia entre os fotógrafos. Se for muito tímido, não faz nada, se for muito afoito, cria desconfiança e não faz nada. No caso do Caderno de Memórias da Vila Dique, esse problema não foi um grande problema. Fotografávamos pelas mãos dos moradores, com eles. Era por intermédio deles que conhecíamos os lugares, tanto novos, quanto antigos da comunidade, e, sendo assim, não precisávamos ficar a cada instante explicando o porquê de fotografarmos os espaços ou pedindo licença a todo o momento. Corriqueiro, no caso de um fotógrafo querer fazer um trabalho em uma comunidade. Henri Cartier-Bresson fotografou por todo o planeta, em um tempo quando a fotografia não era comum como hoje. Sua câmera, muitas vezes, suscitou tensões, dependendo de onde estivesse fotografando e com quem. Fotografou de Nova York a Nova Délhi registrando as pessoas em seu dia a dia, em seu cotidiano, tentando ao máximo tornar-se invisível⁸. Ser o mais discreto possível era uma de suas regras, e foi assim que tentamos visitar o mundo da Vila Dique. Tentamos passar despercebidos, mesmo estando sob tutela de seus moradores, pois a foto do cotidiano tem de ser assim, sem muita preparação, sem muito pensar, tem de acontecer, como a vida acontece.

⁸ Cartier-Bresson não precisa de apresentações. Foi um dos mais influentes fotógrafos do século XX. Fotografou pelo mundo todo e inspirou milhares de outros, com uma câmera na mão, a buscarem o cotidiano do nosso mundo, conturbado, ímpar em cada esquina. Para conhecer melhor esse grande fotógrafo, sua obra, sua vida, ver: ASSOULINE, Pierre. **Cartier-Bresson: o olhar do século**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

Nem sempre conseguimos compor a foto que queríamos, mas o momento é o que importa, a vida naquele momento do registro.

E esses lugares fotografados, a que remetiam? Como foi nossa vivência com esses interlocutores nesse espaço que não era nosso, e sim deles, de sua memória? Esses dois grandes questionamentos foram respondidos pelas fotografias, pelos registros que fizemos levados pelas mãos dos moradores. Em especial fotografamos em dois momentos e em dois espaços distintos. Um deles foi Porto Novo, espaço para onde as famílias que viviam na Velha Dique foram transferidas, e o segundo foi à própria Velha Dique, ou o que sobrou dela.

A oficina de fotografia que fizemos no Porto Novo ocorreu em um sábado pela manhã. E apesar de estar muito nebuloso, frio, e com pretensões de chuva, foi uma manhã agradável em que pudemos, dentro do possível, transitar pela comunidade, junto com moradores, conversar, fotografar, desvendar um pouco do que nascia naquele espaço. Em comunidades, onde grande parte da população trabalha todos os dias em locais distantes de sua moradia, o sábado pela manhã é momento de encontro, de conversas, de ajustes de contas, ainda mais em um local que nasce onde todos os conflitos possíveis ainda estão na ordem do dia.

Além disso, o sábado é também dia de passeio com os filhos pelas ruas, de brincadeiras com amigos, de jogos na venda da esquina, de auxílio a um morador que precisa de algum reparo na casa. Todo esse cotidiano, esse palco diário foi o espaço onde pudemos fotografar. E foi muito proveitoso, muito positivo. Nessa “caminhada” fotográfica, nos foi possível também escutar muito do que os moradores queriam nos dizer, em relação a tudo. Havia os que vinham perguntar por que fotografávamos, o que iria ser feito dessas fotos. Muitos deles também nos relataram suas vivências, suas angústias, seus sonhos. E esta era uma das “chaves” para o sucesso do nosso trabalho. Entender a comunidade, mesmo que fosse por algu-

mas horas, vivenciar um pouco do seu dia a dia. Ao refletir sobre isso, me dei conta de que é completamente impossível ao fotógrafo que se pretende documentarista/antropólogo representar com o seu trabalho o mundo do “outro”. O máximo que ele pode fazer é “visitar” o espaço do outro, como fizemos, e isso somente se se permitir ser “levado” pelas mãos desse “outro”. Existe certa arrogância quando se trata desse tipo de trabalho. Conhecer as técnicas de luz, de posição, de visão, entender como funciona o equipamento e mesmo estudar o espaço, não permite adentrar o mundo do “outro”. Contudo é do estranhamento que se pode buscar os caminhos para aquele mundo desconhecido.

Nosso outro espaço de visita fotográfica foi a Velha Dique. São como mundos antagônicos. Um lugar que está por se exaurir, completamente devastado pelas máquinas da prefeitura, onde a calça da demolição traça o contorno das casas, e outro que nasce, o Porto Novo, constituindo-se, formando-se. Contudo, imersos nesses mundos tão distantes estão as pessoas, essas, que nos guiaram nesse ensaio fotográfico tão rico e diverso que foi o nosso Caderno de Memórias. A visita fotográfica ao espaço da Velha Dique também se deu em um sábado. Entretanto, esse foi um sábado luminoso, que apesar de frio nos presenteou com um sol forte para animar o grupo.

Saídas a campo em projetos fotográficos são sempre o momento mais interessante e esperado, nesse caso não foi diferente. O entusiasmo de quem ia fotografar e de quem ia acompanhar, tomou conta do grupo. Pensar que iríamos visitar o lugar pela mão daqueles que haviam vivido lá por muitos anos, era uma sensação única. As histórias dos espaços seriam revividas por meio daquelas imagens, daquelas conversas. E foi assim mesmo que aconteceu. Ao desembarcarmos, a emoção tomou conta daqueles que estavam ali para nos contar a história da “Velha Dique”. Aos poucos, apropriamo-nos dos espaços, caminhamos pela avenida, tendo os muros construídos pela Infraero como limite de acesso lateral. Nossos interlocutores ficaram

com os olhos “marejados”, e não era para menos. Eles tinham vivido naqueles lugares mais tempo do que a maioria daqueles que estavam ali como “auxiliares” fotográficos estavam vivos.

Nossa visita ao mundo da “Velha Dique” pelas mãos de seus antigos moradores foi um sucesso, em todos os sentidos. As fotos que foram produzidas por todos e que compõem o Caderno de Memórias da Vila Dique estão lá para mostrar isso. Naquele território onde mais parecia ter ocorrido uma tempestade, onde mais parecia ter passado um tornado, encontramos beleza, vida e recordações. Na verdade, nunca poderemos saber ao certo as lembranças que foram revividas pelos nossos interlocutores. E isso é realmente algo muito pessoal, a que, penso, não deveríamos ter acesso. É claro que pudemos ter uma visão daquilo, que “eles” queriam lembrar e que, na verdade, foi o que estava proposto no início do Projeto. Um caderno de memórias “deles” e não nosso. Mas o melhor que nosso trabalho podia ajudar a produzir eram boas recordações de um período de muitas privações de recursos materiais, que, de forma alguma, havia sido resolvida, mas que aparentemente havia melhorado em alguns sentidos.

Falar sobre as fotos que foram produzidas naquele dia me parece desnecessário e constrangedor. Primeiro, porque foi um trabalho coletivo e, sendo assim, tudo o que poderia ser descrito por mim não é a realidade do que foi visto por todos. Então, aqui fica o convite para aqueles que ainda não puderam ver o Caderno de Memórias da Vila Dique, que o façam e que se “deliciem” com as fotos e as falas. As fotos possuem “sabores” distintos. Gosto das metáforas do paladar, pois muitas vezes ao ler a sensação descrita por alguém em relação a algum alimento, me pego sentindo o gosto deles. Desse modo, ver fotos pode nos remeter a memórias degustativas, doces ou azedas.

O Caderno de Memórias da Vila Dique é um produto cultural. Sim, um produto de cultura popular, pois foi produzido por um grupo de pessoas que pensaram e tentaram encontrar o meio, a vida de

uma comunidade. E essa cultura, como define Peter Burke (1989, p. 15) é a cultura não oficial, a cultura da não elite. Buscamos transformar o cotidiano em obra de arte, buscamos ver o diário como poesia, como fez nossa colega Maria Amélia. Mas tudo isso só foi possível pelas mãos de nossos interlocutores, pelas suas lembranças, pelas suas recordações. E isso tudo se constituiu em forma de fotografias. E a fotografia nas palavras de Millôr Fernandes é:

O espaço de tempo que jamais vemos na realidade, impossível de ser alcançado por nosso olho olhando diretamente, visto apenas através da lente que dá ao operador poder – fascinante e assustador- de deter para sempre o espaço e o momento entre o tic e o tac.

Para chegar a isso é preciso ter a antecipação disso, a consciência disso, a integração nisso. Sintetizando – a fotografia não é o que se tira da imagem, mas o que se dá a ela. Se é importante o que está diante da câmara – a imagem que surge diante de Cartier Bresson – o definitivo é o “instante decisivo” que Bresson impõe.⁹

Acredito que todos os que participaram dessa construção do Caderno tem um pouco de Bresson em si, que me perdoem os especialistas. Todos experimentaram a sensação de ver uma imagem e tentaram reproduzi-la na foto, todos experimentaram a troca de experiências, de memórias, de lembranças e esquecimentos. Nosso Caderno de Memórias, nada mais é do que o coroamento desse período de intensa convivência, que nos tornou mais humanos, mais poetas, mais militantes e um pouco mais Bressons.

Referências

ASSOULINE, Pierre. **Cartier-Bresson: o olhar do século**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

BOURDIER, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

⁹ FERNANDES, Millôr. In **Projeto percurso do artista: Achutti** /catálogo da exposição organizada pelo departamento de difusão cultural da UFRGS; artista Luis Eduardo Achutti. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

FERNANDES, Millôr. In: **Projeto percurso do artista: Achutti** / catálogo da exposição organizada pelo departamento de difusão cultural da UFRGS; artista Luis Eduardo Achutti. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

HAMPATÉ Bâ, Amadou. **A tradição viva**. História Geral da África vol.I, Brasília; UNESCO, 2010.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ática, 1989.

MACHADO JUNIOR, Cláudio de Sá. **Imagens da sociedade Porto-Alegrense: Vida pública e comportamento nas fotografias da Revista do Globo (Década de 1930)**. São Leopoldo: Oikos, 2009.

POSSAMAI, Zita Rosane (Org.). **Leituras da Cidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.



O QUE FOI... FICOU...







VIVÊNCIAS NA EXTENSÃO POPULAR

Lourenço Stefanello Teixeira¹

“Eu quero ser gente igual aos avós
Eu quero ser gente igual aos meus pais
Eu quero ser homem sem máguas no peito
Eu quero respeito e direitos iguais
Eu quero este pampa semeando bondade
Eu quero sonhar com homens irmãos
Eu quero meu filho sem ódio nem guerra
Eu quero esta terra ao alcance das mãos.”
(César Passarinho – *Que homens são esses*)²

O presente artigo trata de minha experiência como aluno do curso de História – UFRGS no projeto de extensão popular Memórias da Vila Dique, durante um ano de estudo e aprendizado, um relato do trabalho realizado junto aos moradores da Vila Dique. A equipe da UFRGS, os profissionais da USST (Unidade Saúde Santíssima Trindade – GHC) e os moradores da Vila Dique, hoje em processo de reassentamento no Complexo Habitacional Porto Novo construíram um trabalho de memória e história oral, pensado de maneira dialógica, encontrando na troca de experiências uma maneira complementar de trabalho entre comunidade e universidade.

¹ Lourenço Stefanello Teixeira – Graduando em História Licenciatura, UFRGS.

² Que Homens São Esses (Francisco Castilhos / Carlos Moacir) – 18 Sucessos de César Passarinho, ACIT, 1993.

O contato com o Projeto

Em 26 de janeiro de 2012, recebi da Professora Carmem Gil, após ter participado de um processo seletivo, a notícia que comporia a equipe do Projeto Memórias da Vila Dique e que teria a oportunidade de trabalhar com uma comunidade que estava (e ainda está) passando por um processo de remoção da Vila Dique para a área onde está sendo construído o Conjunto Habitacional Porto Novo – ao lado do Complexo do Porto Seco, onde se situa o sambódromo de Porto Alegre.

A remoção começou em 2009, levando consigo o estandarte do progresso – as pessoas são reassentadas em virtude da ampliação da pista do Aeroporto Internacional Salgado Filho, que está entre as várias obras realizadas em virtude da Copa do Mundo de Futebol da FIFA de 2014.

Em janeiro de 2012, o projeto estava em andamento há mais ou menos um ano e meio. Tive o primeiro contato com a comunidade na leitura da primeira roda de memória³ realizada na Vila Dique em 2011. Presente nas falas transcritas, uma memória de lutas, conquistas, autonomia e cooperação, o que aumentou o meu respeito e minha vontade de conhecer aqueles nomes, lugares e histórias ali encontradas.

Meu primeiro contato pessoal com a Vila Dique foi, contraditoriamente, no ainda inacabado Conjunto Habitacional Porto Novo, que, no entanto, em sua entrada ostenta uma placa com os dizeres “Nova Vila Dique”. O que nos leva a outra discussão: Qual o nome do novo lugar? Oficialmente é Conjunto Habitacional Porto Novo, entretanto esta placa confunde a todos e nos traz esta discussão muito rica, pois quando chamam “Nova Dique”, ou falam de “coração diqueiro” e enxergamos inscrições em muros e postes com a sigla

³ ASSUNÇÃO, Naiara M. R. G. *Vivências com História Oral e Rodas de Memórias*.

“VDK” (Vila Dique), pensamos em um pertencimento que está além da questão territorial. Há também os que preferem o novo nome, que remete a uma conquista, uma nova possibilidade, uma nova vida.

As relações com a remoção e com o novo lugar merecem uma análise mais profunda, pois se trata de relações complexas, visto que diversas questões relacionadas ao Porto Novo ainda não foram definidas para as pessoas que ali moram e trabalham.

Gostaria de ressaltar, também, a importância do trabalho realizado pelo SAJU (Serviço de Assistência Jurídica Universitária – UFRGS) que vem se esforçando para resolver problemas que, olhando de fora, são simples e básicos – como o nome das ruas, o CEP, que possibilita que cada morador receba suas correspondências. São realmente básicos, mas poderiam ser mais simples com maior comprometimento do poder público.

Em minha primeira visita ao Porto Novo, participei como ouvinte do, para mim desconhecido, “acolhimento coletivo”⁴ – realizado pelos profissionais do Posto de Saúde do Grupo Hospitalar Conceição – que trabalham no Centro Social do Porto Novo, pois, o prédio do novo Posto de Saúde ainda estava em construção. A dinâmica do “acolhimento coletivo” pareceu funcionar muito bem naquele momento em que os profissionais do posto se viam obrigados a trabalhar em um prédio que não era, na verdade, a melhor instalação para o Posto de Saúde. Neste sábado, senti enorme satisfação em conhecer o trabalho do outro grupo com quem iria, junto com a comunidade e com o grupo de alunos da UFRGS, construir o Caderno de Memórias Vila Dique. Ficou aí um alívio: a certeza de que na construção do Caderno de Memórias e na aproximação com a comunidade

⁴ O processo do *Acolhimento Coletivo* consistia na construção de uma roda com os pacientes que esperavam atendimento para que eles relatassem, se assim fosse desejado, o motivo pelo qual estavam ali e, desta forma, os próprios pacientes decidiriam quem seria atendido primeiro – dando preferência a idosos, gestantes e crianças.

teríamos uma equipe que valorizava a comunidade com a qual trabalhava; sua autonomia, suas singularidades e principalmente que se preocupava com a construção que tinha em sua base o diálogo.

Extensão Popular e o Curso de História

Como licenciando em História, penso no ofício do professor e no objetivo de formar cidadãos que se proponham a se perceber parte da história, reconhecendo seu papel como sujeito. Os projetos de extensão popular vêm ao encontro disso, da ideia de pensar e participar em comunidades que estão quase sempre muito distantes da academia.

Desde o princípio de minha vida acadêmica no curso de História na UFRGS, pensei mais em uma História “além dos muros da universidade” do que aquela engessada à teoria ou daquela que está estática em uma espécie de “altar do conhecimento”. A extensão foi este caminho – de pensar e fazer a teoria – em que encontramos base para realização do trabalho de História Oral, principalmente discutindo os compromissos éticos que existem quando se trabalha com testemunhos orais.

Em nossas reuniões de estudo, discutíamos frequentemente questões relacionadas à ética na realização de um trabalho de História Oral e também, de extensão, visto que trabalhamos com pessoas – e estas merecem respeito, cuidado e privacidade – mesmo quando se disponibilizam a falar e prestar depoimentos sobre suas vidas. Quando usei a expressão “altar do conhecimento” também penso no cuidado que se deve ter ao entrar em um ambiente que não é o do seu cotidiano. Respeito à rotina, às crenças e às inúmeras diferenças que possam existir entre o aluno extensionista ou pesquisador de História Oral é a primeira condição para se estabelecer relações de cooperação e articulação que podem levar ao entrelaçamento da comunidade com a universidade, da união de seus conhecimentos – tendo a

responsabilidade de não tornar a extensão uma espécie de “invasão cultural”⁵ ou assistencialismo.

As relações estabelecidas no projeto de extensão entre universidade e comunidade são de valor inestimável e implicam, para seu pleno desenvolvimento e análise, uma continuidade. Se a universidade entra em uma comunidade, explora seu tempo e sua história, e vai embora – não sobrar nada do que se tentou construir, visto que as relações estabelecidas são também relações de confiança.

O Projeto reunia recursos apenas para a produção do Caderno de Memórias Vila Dique. O pensamento da equipe sempre foi o de estabelecer uma continuidade e uma base para a realização de outros trabalhos. Começamos a pensar sobre qual poderia ser a continuidade do projeto *Memórias Vila Dique*, quando, durante uma das reuniões de estudo, os colegas trazem a ideia da realização de um projeto de videodocumentário com a participação de jovens moradores da antiga Vila Dique, pensando suas práticas culturais no novo território. Para elaborar o projeto, participei com Débora – também bolsista do projeto e Christiane – psicóloga da USST-GHC, de uma caminhada pelo Porto Novo e de visitas a alguns meninos que a Chris conhecia no Porto Novo para conversar sobre a realização do videodocumentário. Partimos pensando em encontrar jovens que tivessem participado de grupos ou manifestações artísticas na antiga vila para que pudessemos realizar uma primeira aproximação com os jovens que estivessem possivelmente interessadas em construir conosco o documentário que, no momento, ainda estava no plano dos sonhos. A proposta era perguntar a eles como pensavam a relação da remoção com as práticas de lazer e cultura.

⁵ Termo que Paulo Freire utiliza se referindo à prática de extensão realizada por alguns agrônomos, considerando relações de diálogo e o conhecimento “não científico” do educando – perda de tempo (FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. Paz e Terra: 1971, p. 39-55).

Foi em uma manhã, quando caminhávamos naquelas ruas de casas todas iguais e que insistem em ser de todo diferentes uma das outras; em suas cores, portas, janelas, grades e não grades – diferentes em suas pessoas, encontramos vida, mas também um lado nefasto do contraditório processo de remoção: a maioria dos jovens com os quais conversamos via no novo lugar a impossibilidade da manutenção de suas atividades de lazer e criação: o grupo de dança que havia se desarticulado no novo bairro; a impossibilidade de se praticar bateria pela proximidade das residências; a falta de tempo devido ao trabalho; a falta de infraestrutura para a prática de esportes e recreação, entre outras. Perde-se o espaço, porém não se perde o baterista que, no princípio um tanto oxidado, pode voltar ao seu ritmo, se forem rearticulados os grupos, se forem formados outros grupos – se as manifestações e as pessoas que delas fazem arte estiverem construindo junto uma nova maneira de realizar o que sempre existiu e está latente. Mas foi interessante perceber a disposição dos jovens em participar – reconstruir ou reavivar estas práticas, que são suas.

Hoje, já temos a certeza da realização do videodocumentário em 2013 e estou contando os dias para começarmos a aproximação com esses jovens e a construção desta segunda parte do Projeto, que não será apenas sobre cultura e não será apenas sobre jovens que vivem a remoção, será sobre a vida – e as maneiras de se fazer cultura em um bairro marcado por um processo complicado que é o reassentamento.

O trabalho em conjunto – lendo junto, escrevendo junto, rindo junto – deixa-nos em uma “mesma sintonia”, e a realização com muita satisfação da primeira etapa do Projeto faz despertar em nós a vontade de atuar na Vila Dique. Faz-nos querer continuidades e tornar o trabalho permanente e ativo, como deve ser o trabalho de extensão. É desta maneira que concebemos a continuidade do Projeto para 2014: a criação de um memorial em processo da Dique. Ideia na qual estamos trabalhando, dialogando, propondo e estabelecendo possibilida-

des para sua efetivação. A realização deste último trabalho ainda está no plano dos sonhos, porém é desta maneira que se constrói: com vontade de continuar.

Eu e a Dique

Durante quase um ano de visitas, tanto ao Porto Novo quanto na antiga Vila Dique – que hoje mais parece um cenário de guerra – pois os escombros das antigas casas não são retirados para que não haja tentativa de reocupação do terreno – encontrei pessoas fantásticas, que sabem de seu lugar na história e tentam, sempre quando podem ou acham que devem, exigir os seus direitos de cidadão dentro de uma cidade grande em que, quase sempre, se tem que lutar muito pelo que é um direito.

O trabalho de História Oral realizado para a construção do Caderno de Memórias contou com a participação de diversos moradores da Dique, com foco principal nos mais antigos – que construíram aquela comunidade – como a formação do Clube de Mães Margarida Alves, do galpão de reciclagem, da Creche Galpãozinho, entre outros. Em sua maioria, os moradores participantes das Rodas de Memórias são nascidos no interior do Estado e vieram para a capital em busca de melhores condições de vida.

A vila nasceu de uma ocupação territorial e cresceu e construiu-se como comunidade. A Dique tem em sua gênese muitas características que fogem do conceito de urbano. Em contradição, ao lado do Aeroporto Internacional Salgado Filho e também ao lado de uma longa extensão de campo, a Dique dessas muitas pessoas vindas do interior, conservou características que são próprias do modo de vida rural, desde a relação com o meio até a relação com o outro. Também tem em sua gênese o reciclar, a subsistência por meio do material reciclável, sua produção e venda. Recordo-me da tarde em que eu e a colega Renata tivemos o prazer de conhecer, conversar e

ouvir a Irmã Cristina, uma das grandes lideranças da comunidade e uma das idealizadoras do galpão de reciclagem e do Clube de Mães. Em seu depoimento, contou diversas histórias sobre uma Dique construída com lutas. No entanto, Irmã Cristina falou algumas coisas que me tocaram bastante, principalmente quando contava sobre o começo do galpão de reciclagem e o exercício de valorização do trabalho de produção de material reciclado. Ela nos contou que sempre falava às mulheres com quem trabalhava que seu ofício não era “catar lixo” – como se usa no “senso comum” que muito mais parece “o que a grande mídia repete até você começar a repetir” – e sim a produção de matéria-prima, de material primário, de algo que será o indispensável na construção de um produto secundário.

Durante o trabalho de realização do Caderno de Memórias entrei em contato com histórias tristes e também difíceis, deparei-me com lágrimas durante entrevistas, desabafos que iam muito além do nosso “produto final” e que, mais ainda, quando me pegavam de surpresa, me inspiravam reflexões que também iam muito além do meu trabalho como bolsista de extensão. Encontrei-me lá como estudante de História, trabalhando com a memória e suas histórias. Ver muitas pessoas orgulhosas de suas histórias de construção junto à comunidade – da história que eles fizeram – que se não foi feita da maneira como desejavam, fora no mínimo da melhor maneira que conseguiram. Encanta-me os que fazem e se veem como protagonistas – mesmo quando não falamos da construção da comunidade – são protagonistas na construção e nas conquistas do dia a dia. Cada uma daquelas pessoas que nos abriram páginas de suas vidas estará sempre em minha história e memória. Exemplos de cidadania e de luta.

Luta, uma palavra muito forte dentro deste grupo, e isso foi observado na análise das Rodas de Memórias. Lutas e conquistas. Luta principalmente pelo direito à moradia, que é um direito primordial para o desenvolvimento do ser humano e que, por interesses da

propriedade ou de obras públicas, entra em conflito com quem está alienado dele. Assim, estando em contato direto com a comunidade da Vila Dique, consigo propor-me reflexões e melhor articulação com a teoria do que se estivesse em uma sala fechada, pesquisando apenas no ler, sem ver.

A extensão para mim, licenciando em História, foi esta articulação – este diálogo entre teoria e prática. Esta possibilidade de desenvolver trabalhos com quem, quase sempre está longe da academia – e pelo jeito o interesse é que fiquem longe, geograficamente. Pelo menos é o que parece, visto os lugares em que são realocadas muitas comunidades de Porto Alegre, que passam por processos semelhantes ao da Vila Dique.

A Dique foi um choque de realidades, pois vindo do interior do Estado e, em Porto Alegre, preso a rotina dos mesmos ônibus e lugares, nunca tive contato com uma comunidade tão grande como esta. A possibilidade de acompanhar de perto o processo de remoção que é, em si, contraditório e de difícil análise, foi muito importante para minha formação como cidadão dentro da capital do Rio Grande do Sul. Quando estamos informados pela “grande mídia”, encontramos, quase que em sua totalidade, opiniões que remetem ao progresso – já que as pessoas vão para casas melhores e ganhamos melhorias no aeroporto de nossa cidade – que para a grande maioria dos porto-alegrenses, é conhecido apenas por fora. Quando se conversa com pessoas que tiveram que vender seus meios de locomoção e subsistência, no caso dos carroceiros; quando se conversa com pessoas que tinham casas em melhores condições; quando se conversa com pessoas que tinham casas em piores condições, mas que recebem a nova casa sem luz, sem piso; quando se encontram as contradições do progresso, é que podemos ponderar e fazer uma análise crítica maior.

Da mesma forma, existem muitas pessoas satisfeitas com suas casas, e alguns se emocionam ao falar que nunca teriam a oportuni-

dade de residir em uma casa como a que lhes foi concedida – não dada, pois, existe uma taxa que é paga todo mês que dá direito ao uso e não à propriedade do imóvel. Seria irresponsabilidade de minha parte, se me fechasse em uma crítica cega, esquecendo que muitas pessoas estavam na Vila Dique em condições insalubres de habitação. Mas não me propondo à neutralidade, penso na remoção sendo feita com descaso e que se, ao mesmo tempo, contempla alguns em seus anseios, priva muitos outros. De qualquer forma, temos a certeza de que o Porto Novo não é um lugar pronto, e que também não é a Dique, apesar da comunidade da Vila Dique estar ali reassentada. É um lugar em construção, que leva a um recomeço das lutas.

O Porto Novo é uma nova fase de “abrir picadas”⁶, de reestruturação da comunidade. Com a escola ainda em construção, a nova “vila” nos encanta de certa forma, em suas múltiplas faces e cores; também é, em alguma parte, a Vila Dique. A realização do trabalho de extensão foi principalmente uma experiência de aprendizado. A comunidade da Vila Dique, com a equipe do Posto de Saúde Santíssima Trindade e com a equipe da UFRGS – todos os colegas e a Professora Carmem – que sempre pensaram o projeto de forma responsável, foram companheiros e professores para mim. Demonstro aqui minha gratidão pela oportunidade que a universidade pública me proporcionou trabalhar em um projeto de extensão popular – que rendeu, e ainda rende, experiências riquíssimas; da oportunidade de conhecer pessoas e realidades diversas; de “fazer História” fora da universidade. Projeto para o ano de 2013 e ainda para outros mais distantes, uma continuidade e um fortalecimento na relação entre a UFRGS e a Vila Dique/Porto Novo.

Não interessa se as bolsas, nas melhores universidades da Europa, não sejam destinadas a cursos como História e Ciências Sociais,

⁶ Caderno de Memórias Vila Dique.

não importa. Estou aqui orgulhoso – e quero que a universidade pública esteja mais perto de Porto Alegre do que do “Velho Mundo”. Quero que, cada vez mais, se vejam também as comunidades dentro da universidade, ao mesmo tempo quero mais universidade dentro das comunidades. E é nisto que encontrei satisfação acadêmica: no D72 – Direção, via Santa Rosa, que, tenho certeza, não estou engessado, que, tenho certeza, cumpro um papel no fazer “História”, e que também é muito importante para minha formação como cidadão; de pensar tanto a “História” quanto as relações e os processos que ocorrem na cidade em que mantenho residência.

Referência

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. Paz e Terra: 1971, p. 39-55.





QUANDO AS MULHERES BORDAM

Maria Amélia Medeiros Mano¹

“Tens a medida do imenso?
Contas o infinito?
(...)
Tens a medida do sonho?
Tens o número do tempo.
(...)
Sabes ainda meu nome?”

(Hilda Hilst – *Cantares*, 2002)

Por que Dona Beca? Porque desde pequena era faceira e vaidosa, gostava de andar arrumada, na beca. Ela foi uma das primeiras moradoras da Vila Dique na parte da estrada de chão. Reunia as mulheres, lutou por água, luz, ensaibramento da rua e foi uma das fundadoras do Clube de Mães Margarida Alves. Como tantas outras, ensinou e aprendeu cursos de corte e costura, tricô e acolchoados. A luta do clube de mães permitiu a conquista da Creche Galpãozinho, da Escola Municipal Migrantes e da Unidade Básica de Saúde Santíssima Trindade. Dona Beca juntamente com outras mulheres da comunidade confeccionaram os primeiros lençóis e almofadas da Creche Galpãozinho. Trama, tecido, bordado, agulha, linha colorida

¹ Serviço de Saúde Comunitária/ Grupo Hospitalar Conceição.

que une, costura retalhos de lutas, sorrisos desenhados na escuridão cor de esperança.

Quando se passava pela Avenida Dique, nem se sonhava que no meio do barro, da escuridão dos becos, do cheiro do valo, existia bordado, desenho, costura, ternura. O que vemos é tão somente o limite do que os nossos olhos conseguem alcançar diante de tantos enganos, distorções e preconceitos. Na saúde, impõe-se a ideia inquietante de risco, com as misérias, insalubridades, violências, ignorâncias e outras pestes que, historicamente, devem sofrer intervenção, salvação e limpeza. Risco, conforme Castiel (2003), constitui-se em uma forma presente de descrever o futuro sob a premissa de que se pode decidir qual/como deve ser esse futuro desejável, saudável e higiênico. Com o pressuposto de que devemos nos proteger da velhice na juventude, da morte antes do nosso tempo, do raio, da tempestade e da doença, está a justificativa de que se pode e deve controlar o que virá, o que deve vir. Antes do estatuto de verdades da ciência, tudo era destino ou fatalidade (GONDIM, 2007). Hoje, o projeto de modernidade exige critérios matemáticos de ganhos e perdas, anos perdidos de vida, gestão dos riscos, gestão de vidas.

Na sociedade do risco, o homem é dono de seu destino, sim, mas deve fazer escolhas e gerenciar diversos fatores para viver mais e melhor. Nada de novidade, mas quando as buscas, as intervenções sobre as vidas e os julgamentos se pautam em riscos, o dano é o primeiro olhar, o ruim e o sujo é o primeiro foco. Pensar em saúde é mirar manchas de mofo nos alimentos, larvas de mosquitos nas águas, a ausência de janelas no quarto e o lixo nas ruas. Assim, a vila passa a ser o lugar do fracasso das tentativas de higienização, o lugar do improvável. Lugar de tantos riscos que, dele, pouco se deve esperar, muito se deve intervir tal qual missão de seres mais fortes e sábios.

Na Dique, além de tudo, havia a irregularidade das moradias e a precariedade do trabalho. A irregularidade que resultava na ideia de provisoriedade, justificava o não investimento, a não tentativa.

Delegava-se, assim, aos moradores, o papel de excluídos por serem parte de um território temporário. O transitório era a razão para se manter um ciclo de não possibilidade, de não esperança, de diversos “nãos” que desconsideraram cultura, laços, sentimentos, trajetórias, vidas vividas e saberes valiosos ao que entendemos como resiliência, luta, heroísmo, amorosidade, solidariedade.

Quando projetos sociais apostam em geração de trabalho e renda, fazem algo valioso, sim, mas limitado. Para além do direito à sobrevivência, há o direito ao sonho, à esperança, ao reconhecimento de belezas e potencialidades. Há o direito de ver o jardim no pátio, a bergamoteira plantada na frente da casa, o cuidado da mãe para com os muitos filhos, seus e dos vizinhos, o esforço do idoso, carregando carrocinha de papel para a reciclagem, a música da festa para juntar recursos para a creche, o pão fresquinho que sai da fornada da padaria comunitária, o riso das crianças que brincam, o gesto de carinho para com o animalzinho de estimação, a rega da plantação, o cuidado com os mais frágeis, o brinquedo, o batom, o enfeite no cabelo, o jarro de flores na mesa posta, a canção, o riso, o risco... sim, o risco de giz no algodão que guia a linha colorida quando as mulheres bordam...

Sobreviver simplesmente sem a presença do belo, do que canta, do que nasce, do que espera, do que germina é a verdadeira forma de condenar à exclusão. É negar ao outro o direito de encantar. É sentenciar o desencanto, o desencontro, o desespero. É tornar tudo igual, com resoluções iguais, de mesmas respostas e é dissolver a pobreza, a doença, a miséria, a tristeza a um corpo único sem história, sem nome, sem rosto, com os olhos disformes perdidos no meio de muitos, tornado número, nada. Nada que se mantém resto para os que passam desavisados, desacostumados com os jeitos de espreitar pequenas fagulhas de cor, de dor, de força, de céu cheio de aviões e estrada de chão, com pessoas que constroem, com o suor do dia, mais um dia, mais outro dia e noites de cansaço, esperanças e sonhos.

Cheios de verdades, temos sede de encontrar a beleza escondida entre as tábuas. Temos necessidade de aprender a olhar o jardim por entre as frestas. Aqui, algumas palavras que colorem a Dique, refazem a Dique e trazem outros olhos de ver vida. Primeiro, Ana Lúcia Maciel, moradora da Dique de 1983 a 2007, liderança comunitária e filha de dona Beca:

Foi com o apoio e educação de minha mãe, Dona Beca, que cresci como pessoa e como cidadã nesta comunidade. Foi onde vivi a minha adolescência até vida adulta, onde aprendi a lutar pelas coisas mais simples até as mais complexas. Foi na vila Santíssima Trindade onde casei e junto com meu marido educamos nosso único filho, que cresceu, brincou e estudou juntamente com todas as crianças da comunidade, Diego (meu filho) nasceu em 1990 – foi uma das crianças que inaugurou a primeira turma da Creche Galpãozinho e foi alfabetizado na Escola Migrantes.

Felipe Anselmi Corrêa, Médico de Família e Comunidade há 19 anos escutando as histórias “inimagináveis” da Dique, fala “do desafio, da surpresa”:

[...] aqui muitos conceitos se remodelam, certezas se desintegram, fantasias evanescem, técnicas se mostram insuficientes, ideais encontram novos rumos, metodologias são inventadas, criadas e testadas. [...]

E as pessoas agradecem, reclamam, constroem, criticam, choram, relatam as alegrias. Se renovam com filhos, com a superação de doenças, com conquistas na escola, com um novo emprego, com uma união de casal, com aquisição de móveis pra casa. É uma cumplicidade que se estabelece de mansinho, trazendo a satisfação da confiança compartilhada junto com o desejo de afastar a acomodação de ter atingido o possível.

Atingir o possível. Encontrar beleza é entender o tempo de cada lembrança, de cada história. É entregar-se ao cotidiano de lutas, sem certezas, mas aberto às desintegrações, mudanças de rumos, invenções, criações que se fazem em torno das famílias que se renovam, compartilham pequenos grandes momentos de muitos mundos. Desafio solene, árduo e diário de enxergar cores, linhas de vidas que se entrelaçam tal qual bordado. Fazem uma toalha de abrigar alimento de corpo e alma.

Lúcia Silveira, assistente social por 14 anos na Dique, também tem palavras para esse abrigo, para a gratidão de ter vivido anos de trabalho em um território que se movimenta, fala, canta:

*Quantas lembranças!! Quantas saudades!!
Aprendizagem, vida, solidariedade...
Povo sofrido, porém corajoso, não desiste...
A vida insiste em derrubá-los, mas a esperança de dias melhores é um forte alicerce...
O mundo não é justo e isto é uma verdade, porém as pessoas tem ideia fixa na felicidade.
Felicidade... que saudade... os rostos das crianças lindas... as mulheres, muralhas... o pocotó dos cavalos... o cheiro de lenha queimando... outros cheiros, valões, mas e daí, vale a pena! A chuva que traz o barro, o sol que traz os varais coloridos, as casas simples com pátios acolhedores. As inúmeras trocas, trocas de saberes, de vivências. Os tratos: eu aprendo com tua experiência e te ofereço meu conhecimento adquirido na minha experiência. [...]
Hoje é tempo de esperança... de uma morada melhor, de uma vida melhor... o povo não desiste, o trabalho é renovado... A esperança é uma luz verde que nos impulsiona a ir em frente sem dar muita importância para aquilo que quer derrubar a gente. Vocês vão conseguir! O mundo continua injusto, mas a teimosa da esperança nos leva a acreditar, as coisas vão melhorar!*

Os rostos com nomes, as mulheres muralhas se tornam vivas nos varais e pátios, nos aprendizados e nas esperanças. Nesse pequeno universo onde o risco é o de giz no algodão para bordar, a Dique passa a ser lugar possível, lugar de vida, de construções, de beleza, de felicidade, de saudade. A Dique se faz bela e se faz única. Magda Matos, técnica em saúde bucal há seis anos – há dois anos assistente de coordenação – na Unidade de Saúde Santíssima Trindade, afirma que foi na Vila Dique que aprendeu o que é ser um profissional de saúde na essência: *Conheci muitas histórias de vida que guardarei com muito carinho. Histórias de luta, de conhecimentos trazidos por muitos em suas malas quando chegaram na Vila Dique.*

Ainda coloca que se deve sempre buscar valores presentes nessa comunidade como “humildade, respeito, coragem, perseverança, companheirismo”. Assim, a Dique se torna exemplo, busca, referên-

cia, escola. Escola onde se planta e se colhe e onde nada se faz sem luta. Luta que Almerinda Argenta Gambin, moradora da Dique há 26 anos e Agente Comunitária de Saúde há 21 anos, é protagonista, é autora. Parte do Projeto Memórias da Vila Dique, a Miranda, como é mais conhecida, é a facilitadora das Rodas de Memórias. Memória que insiste em compartilhar com fragmentos valiosos como o dos seus primeiros momentos na Dique: *Lembro que, quando o caminhão chegou, logo veio uma mulher oferecendo ajuda sem nem eu mesma pedir. [...] Cada conquista era uma vitória, e o brilho no olhar dizia tudo [...]. Esta história não tem fim.*

Essa história não tem fim mesmo, Miranda. Com o Projeto Memórias da Vila Dique estamos todos convidados, não só a não esquecermos a Dique, seus sustos e suas lições de vida, mas a ressignificar as ditas coisas humanas e sociais que, conforme Brandão (2003, p. 46) “têm não apenas causas, mas provavelmente também alma”. Alma que se sente na utopia de uma construção conjunta, de um desejo de reunir, diminuir a fragmentação instituída pelas remoções. Lembrar que as remoções foram feitas “em salvos”, aos poucos, desfazendo laços, deixando escombros, criando vazios. No reassentamento, aos poucos, as mesmas pessoas se reencontram em outros lugares, outras calçadas, outras relações e novos desafios. Reconstituir, nas rodas de memórias, o jeito de contar a vida pode ser um caminho novo de alinhavo, costura de dias mais inteiros. Dias ainda exigentes em demandas reais: a casa mal acabada, a correspondência que não chega, o contrato que não se assina, a prestação que não se consegue pagar...

E continua a imprevisível trajetória de uma comunidade que certamente não aparecerá no noticiário como parte da história do megaevento da Copa do Mundo de 2014. Como tantas remoções em nome do progresso e do brilho de empresários, os silêncios necessários são pactuados. Ao mesmo tempo que outras histórias ganham alma nos aprendizados de bolsistas, nas partilhas com outros

setores como a Arquitetura e o Direito. Relações vivas que mudam destinos, formam outros profissionais mais sensíveis, mais humanos e essencialmente, que possam ver o risco de giz no quadro negro da escola, o risco da tinta spray do grafite no muro, o risco de lápis nos olhos vaidosos, o risco na areia das crianças que brincam, o risco de caneta do adulto que aprende a ler, o risco de fumaça de avião no céu, o risco de tinta que a criança desenha no papel, o risco no algodão, quando as mulheres bordam...

Frágeis em tantas ausências, especialmente a do Estado, que responde à remoção com o discurso da cidadania resgatada, a noção de vulnerabilidade social, mais que a de risco, pode ser a forma mais justa de entender a realidade da Dique. No entanto, para profissionais de saúde, mais importante que as nomeações, que as numerações, as quantificações, os dados e os diagnósticos está a urgente necessidade de refinar a busca, orientar o olhar, apurar a escuta para o que entendemos ser potencialidades em saúde. Listar problemas é fácil, habitual, quase mandatório, mas como é custoso encontrar belezas! O quanto aprendemos, da nossa noção de saúde, que ela é constituída de possibilidades, presenças, caminhos, sorrisos, descobertas que se fazem, às vezes, no escuro. Afoitos em dar títulos, esquecemos que nem todas as flores são visíveis, e nem todos os avessos de bordados são admirados na sua mágica função de segurar o lado oposto. O quanto precisamos do caos dos nós do avesso para sustentar o visível. O quanto as cores se misturam sem fazer desenhos certos, mas por isso mesmo fazem a eterna pergunta: o que está do outro lado?

Sem medida certa, como o infinito, o sonho, o tempo, o nome, a alegria, vai se aprendendo a bordar uma outra Dique em que o cotidiano e sua sempre presente surpresa emprestam a linha mais forte. No verso do tecido, as linhas soltas afirmam que não há uma estrutura formal para o acontecer e tanto quanto os versos mais raros, a vida também se faz de avessos. Na aparente loucura do aves-

so, o emaranhado de linhas tantas quanto os fios das instalações precárias e clandestinas de luz. No desenredo, no desarrumado, o caminho para a compreensão de uma dinâmica que assusta, mas encanta porque é feita de verdades, de pessoas de verdade, com vidas que não podem ser rotuladas, fichadas, controladas sob qualquer pretexto. Muito menos o pretexto da saúde e do cuidado. Na arte do avesso, um outro bordado esquecido, tão descabelado, inusitado e mágico como a própria vida. Não puxe os nós, não corte as linhas, apenas admire com olhar de escolha, com olhar de pergunta, com olhar de cuidado e esperança.

Referências

BRANDÃO, Carlos R. **A Pergunta a várias mãos**: a experiência da pesquisa no trabalho do educador. São Paulo: Cortez, 2003.

CASTIEL, Luís D. Dédalo e os Dédalos: identidade cultural, subjetividade e os riscos à saúde. In: CZERESNIA, Dina. **Promoção da Saúde**: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 79-95.

GONDIM, Grácia M. M. Do Conceito de Risco ao da Prevenção: entre determinismos e incertezas. In: FONSECA, Angélica F. CORBO, Anamaria D. **O Território e o Processo Saúde-Doença**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. p. 87-119.

HILST, Hilda. Do poema: LXIII. In: **Cantares**. São Paulo: Globo, 2002.



REMOÇÕES URBANAS, COPA DO MUNDO E ESPETÁCULOS COTIDIANOS REMEMORADOS

Débora Wobeto¹

Memória, fui aprender agora, é construída. Uma produção, um trânsito entre a lembrança e o esquecimento, em um tempo totalmente outro. Assim, fazer parte de um projeto cujo objetivo central é trazer à lembrança histórias de diferentes pessoas, requer também, que você faça o mesmo percurso ao examinar e produzir qualquer material que venha a nascer da soma delas.

Assim, essa tarefa de desgrenhar pensamentos (e memórias), que, como diz Caio Fernando Abreu², são frágeis e também acordam despenteados pela manhã, faz com que eu torne a lembrar – sem nenhuma dificuldade – de uma das perguntas mais recorrentes nas Rodas de Memórias, entrevistas e conversas informais ao longo de quase um ano: QUANTO TEMPO DE DIQUE?

Tempo e memória, por óbvio, reportam ao passado. Somando “Dique” às palavras-chave da minha busca “in”³, a fim de responder à pergunta anterior, paro na graduação em Logística, na Unisinos, numa disciplina de armazenagem, aula sobre o terminal de cargas do

¹ Graduanda em Ciências Sociais/UFRGS.

² Lição para pentear pensamentos matinais. Crônica publicada no jornal O Estado de São Paulo, em 19 set. 1993.

³ ABREU, Caio Fernando. Morangos Mofados “[...] você não vai encontrar caminho nenhum fora de você. E você sabe disso. O caminho é in, não off.”

Aeroporto Internacional Salgado Filho, de Porto Alegre. Ao que surge em uma frase o tema (e os percalços) que hoje este artigo ambiciona abraçar: “os moradores da Vila Dique precisam ser removidos para a ampliação do aeroporto”.

Cinco anos depois – agora estudante de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – chega até a minha caixa de e-mail o convite para seleção de uma bolsa de extensão do Projeto Memórias da Vila Dique. Já conhecido superficialmente o caso e feitas as devidas ligações entre o aparente rumo da minha recente vida acadêmica e as questões acerca do que já havia pensando a respeito do tema até então, resolvi ir para a entrevista, em que quase desisti, intimidada pelos estudantes de História que se empoleiravam pelo corredor do nono andar da Faculdade de Educação. Alguns dias depois, a resposta positiva e pouco a pouco os primeiros contatos com a equipe⁴ e com a Vila.

Assim, aos poucos, começamos a pontilhar um delicado trabalho de ouvir as multiplicidades, procurando entender o contínuo entrelaçamento das mudanças que compõem as vivências, sem negar a contradição, o poder fabulativo e a fluidez das partes. Em suma, buscar o que os jornais da manhã não nos informaram, ou então, mais velozes e atuais, o que ainda não acusaram as páginas da web. A procura não é por números, tentamos ouvir um pouco como o vizinho se sente.

Desse modo, a tarefa não é ser apenas um mero passante da movimentada Avenida Bernardino Silveira Amorim - o que, por si só, dá a impressão de nada além de um novo conjunto habitacional, como anuncia a placa de obras: “Aqui tem investimento do Governo Federal”. São milhares de placas espalhadas por todo o país, proclamando o progresso das nossas cidades, que é geralmente compassado pela materialidade, como se o concreto, sozinho, desse conta dos sonhos.

⁴ Memórias e GHC.

Estacionar nessa avenida, desde o começo, significou dar atenção a todos os movimentos e sentidos. A diversidade de temas sobre os quais se debruçar ocorre com a riqueza dos que falam. Na posição de futura socióloga, optei por me ater às remoções como fenômeno urbano, e para isso, foi preciso voltar os olhos para uma Porto Alegre de pouco mais de um século atrás.

O início do século XX trouxe consigo a rápida industrialização dos centros urbanos, atraindo grandes porções de trabalhadores, vindos do meio rural devido à falta de condições de subsistência decorrente da perda da capacidade produtiva. As cidades, em plena explosão de produção de bens manufaturados, não estavam preparadas habitacionalmente para receber o contingente de pessoas que migravam em busca de novas condições de vida.

A ausência de políticas urbanas voltadas à habitação resultou na formação de aglomerações desordenadas em áreas ilegais. Segundo Funes (2005), o principal agente da exclusão territorial e da degradação ambiental é a segregação espacial, que traz consigo uma lista interminável de problemas sociais e econômicos, tendo como consequência a exclusão e a desigualdade social que propicia a discriminação, o que gera menores oportunidades de emprego, dentre outros problemas, ocasionando assim uma perpetuação da pobreza e a ausência do exercício da cidadania.

O problema da habitação desordenada, insuficiente e excludente pode começar a ser observado já no fim do século XIX e início do XX, quando Porto Alegre começava a remover os cortiços e becos no centro da cidade.

Nesse momento de fim de século, o beco foi identificado como o reduto das sociabilidades condenadas, era um espaço maldito da cidade, frequentado pelos “turbulentos” da urbe. A situação se definia tanto mais grave porque tais espaços estigmatizadores se achavam encravados no centro da cidade, que se encontrava em processo de renovação e saneamento, tanto técnico quanto moral. Verdadeiros “lugares de enclave”, eles ameaçavam a ordem, pois expunham, pela contiguidade inevitável e indesejável, o mau lado da urbe. Para os

cidadãos da Porto Alegre ordenada e disciplinada que viviam no centro, o “pecado” morava ao lado (PESAVENTO, 2001, p. 98).

Algumas décadas depois, nos idos de 1940, a administração pública entendeu necessárias novas remoções. Agora, com os cortiços extintos, o que preocupava eram as malocas que vinham constituindo vilas. Medeiros (1951), contemporâneo desse processo, observou alguns aspectos das vilas que se formavam em Porto Alegre:

Em 1946 e especialmente em princípios de 1947, começou-se a observar o aparecimento de grupos mais ou menos numerosos de casebres em vários pontos da cidade. Sempre existiram centenas de casebres e mesmo grupos localizados em determinados lugares. Mas por esta época (46-47) o fato apresentou características novas. A construção em massa em lugares determinados – terrenos baldios, margem de estrada, logradouros públicos – apresentou um ritmo acelerado, a ponto de aparecerem da noite para o dia verdadeiras vilas, que os próprios habitantes apelidaram de ‘vila de malocas’ (1951, p. 15).

Essas vilas iam na contramão do ideal de modernidade e estavam situadas em lugares estratégicos, sendo entrave ao desenho do progresso. O rápido crescimento populacional da cidade, e consequentemente das vilas, significava desorganização, precisando, de um urgente ordenamento. Os jornais da época anunciavam as medidas para promover a organização da cidade:

Célio⁵ vai confinar as malocas. Conforme determinação do prefeito, tôdas as malocas existentes atualmente em zonas residenciais serão removidas e confinadas em uma gleba de terra adquirida pela Prefeitura na Estrada da Restinga [sic]... (ZERO HORA, 17 de nov. 1966, p. 2).

A retirada dos núcleos pobres do centro da cidade estava acompanhada da proposta de saneamento urbano. Em nova área, os moradores das vilas teriam a oportunidade de habitar segundo os padrões urbanos comuns, não mais amontoados em casebres, no meio insalubre. Os principais locais de destino da população removida foram a Restinga (Belém Novo) e a Mapa (Lomba do Pinheiro).

⁵ Célio Marques Fernandes, prefeito de Porto Alegre no referido ano.

O Departamento Municipal de Habitação [declaração do então diretor da autarquia, Milton Pozzolo] iniciará hoje a remoção das malocas que estão impedindo o prolongamento da Avenida Princesa Isabel, próximo à Avenida Ipiranga. Cerca de 80 casebres que impedem o prolongamento d'aquela artéria que por coincidência é a rua da sede do DEMHAB, serão removidos para a Restinga, onde já se encontram os moradores que habitavam a Ilhota (ZERO HORA, 10 jul. 1967, p. 14)

Um dia surgiu a avenida. Já existia, mas agora tornara-se a AVENIDA... Iluminação a mercúrio. Uma beleza. Mas iluminada demais, ressaltava a feiúra das malocas. Era preciso removê-las e rapidamente. Os caminhões surgiram. Ninguém sabia o que era a tal Restinga, para onde iriam todos compulsoriamente... Um passarinho informara que seria uma espécie de Vila Mapa... Um pouco aborrecidos, um pouco espreançosos, lá se foram eles... Quilômetros e quilômetros de estrada e ao final o deserto... (FAILLACE, Zero Hora, 18 maio. 1967, p. 12-3).

A cidade era varrida para a ampliação da infraestrutura, além da Av. Ipiranga, estavam em processo de construção a Perimetral, a Free-way e a BR 290, como segue:

Enquanto aguardava a hora da partida para São Paulo, o sapateiro João de Brito, a mulher e oito filhos continuavam morando na casa de número 584, na rua Avaí, desapropriada há alguns anos pela Prefeitura. Ontem os funcionários da companhia demolidora mandaram que os moradores se retirassem e, sem maiores explicações, começaram a destelhar o quarto do sapateiro João. É a perimetral que não pode esperar, arrasando as casas da Avaí, sem o menor interesse pela sorte dos moradores (ZERO HORA, 16 jul. 1969, p. 11).

A modernização da cidade transformou lugares e vidas, transportando milhares de pessoas para novas zonas de habitação. Os jornais parecem acompanhar o processo com o mesmo otimismo que a administração pública anuncia.

O diretor do DEMHAB, Norman de Paula Arruda, informou que dentro das prioridades determinadas pelo prefeito Thompson Flores, estão sendo removidas cerca de 1.300 malocas para a Vila Velha Restinga e para terrenos próprios dos interessados. São 800 malocas existentes na Vila Santa Luzia, que será totalmente limpa para dar lugar a construção de unidades habitacionais para os municipais; 300 malocas que estão ao longo da Avenida Ipiranga e mais 200 da Vila Teodora. Além dessas, vai ser realizada a remoção de 700 malocas da Avenida Dique II, cuja área é necessária para que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) possa executar os

trabalhos de implantação e asfaltamento da BR 290, visando a ligação com a free-way (Zero Hora, 23 jan. 1973, p. 6).

De acordo com o mesmo jornal (ZERO HORA, 1975), no período de 1969 a 1974, foram removidas pela prefeitura de Porto Alegre 11.027 malocas, totalizando 48.194 pessoas, tendo 10% das remoções como destino a Restinga Velha.

Enquanto números agradavam a escala de produção das remoções, a nova condição de vida não condizia com a esperança vista nos projetos (FAILLACE, 1967) em “Restinga, uma ‘vila’ ao abandono”, torna claro um outro viés da modernização: o pouco trato com aqueles que tiveram que abandonar suas casas para dar lugar ao concreto do progresso.

Restinga, a nova Ilhota

Vocês conhecem a Restinga? Quarenta minutos de jipe, quarenta centavos novos de ônibus... A Restinga não é uma vila, nem uma granja, nem um loteamento. Não é coisa alguma. Um deserto. Areia fina e seca, côr de cinza. Nem capim, nem árvores... capões de arbustos secos, também cinzentos, barbas de pau, plantas em agonia, uma sanga esverdeada de limo... Nem luz, nem água, nem comércio, nem hortas, nem indústria... nem trabalho. [...] A Restinga não tem coisa alguma. Isto é, tem gente. E malocas. Favela da Ilhota, que na solidão da Restinga tornou-se cinco vezes favela. Acabada a vantagem do comércio camarada da zona, que fiava por semana, e até por quinzena... Acabada a vantagem da patroa compreensiva, que dava roupa velha e restos de comida para a faxineira... Acabada a vantagem dos lavados de roupa... Acabada a vantagem das reformas de vestidos... Acabada a novela ouvida no rádio do vizinho... Acabada a consulta à Santa Casa... Acabada a Feira Livre... Acabada a escola... Acabados os médicos, a farmácia, a Polícia, os bombeiros, os vizinhos...

Embora a Constituição Federal de 1988⁶ e o Estatuto da Cidade (2001)⁷, procurem regular o uso da propriedade urbana, quem

⁶ A Constituição Federal Brasileira de 1988 instituiu um capítulo destinado à Política Urbana, no qual a regularização fundiária é destacada, através da função social da propriedade, como política de habitação social. No que toca ao direito à moradia, este foi incluído no art. 6º do texto constitucional, através da Emenda 26/2000.

⁷ Nome dado à regulamentação do capítulo da Constituição Federal referente à Política Urbana, feita pela Lei 10.257/2001.

melhor sabe fazer seu uso é o mercado imobiliário, deixando, mais uma vez, sem acesso à cidade aqueles cuja colcha salarial deixa de fora os pés.

Ao longo de um século de crescimento, as políticas habitacionais e o planejamento urbano ainda se mostram despreparados, tendo em conta que as medidas mais visíveis são o afastamento das populações que não se enquadram em um determinado padrão econômico de moradia, isto é, o desenvolvimento é pensado para e a partir de modelos hegemônicos de cidade, e assim acaba por não contemplar boa parcela de seus habitantes.

Esse desenvolvimento acelerou, sobretudo, na última década, quando o Brasil se candidatou para receber a copa do mundo de 2014. Sediar um evento deste porte, significa dar aceite ao pacote de exigências que vem com ele – isso, muito antes da decisão oficial do poderoso chefe, a FIFA – numa espécie de “nos dê bons motivos para escolhermos você”. Com a confirmação, também o otimismo do então presidente da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) Ricardo Teixeira, “a Copa do Mundo vai muito além de um mero evento esportivo. Vai ser uma ferramenta interessante para promover uma transformação social”.⁸

A preocupação em mostrar capacidade de sediar os eventos esportivos de 2014 e 2016, Copa do Mundo e Olimpíadas, respectivamente, acabou por impulsionar a reforma social (muito mais física do que qualquer coisa). Somado a esse interesse, em 2007 foi criado um pacote de medidas – o PAC⁹ (Programa de Aceleração do Crescimento), tendo como foco principal investimentos em habitação, transporte, saneamento básico, água e energia.

⁸ SOCIOLOGIA: ciência & vida. São Paulo: Escala, ano 4, n.43, out./nov. 2012.

⁹ Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o desenvolvimento acelerado e sustentável. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/>>.

Para que o rearranjo das cidades ocorra, é preciso espaço. O espaço dos grandes centros, como sabemos, está ocupado, principalmente aquele que dá acesso aos principais polos de trabalho e de distribuição. Estes, por sua vez, são os principais afetados pelas medidas.

No que tange à habitação, há, segundo o PAC, interesse pela urbanização de assentamentos precários, acompanhado de saneamento e serviços de prevenção de riscos. O que se percebe é que esse processo não ocorre da forma tranquila como se descreve em seus projetos, já se tem, pelo menos, 21 casos de remoção forçada de moradores em sete capitais estaduais, segundo o que denuncia o dossiê *Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil*¹⁰. O documento foi divulgado em dezembro de 2011 pela Articulação Nacional de Comitês Populares da Copa e relata desalojamentos irregulares em Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Os comitês populares são organizações formadas pela união de movimentos sociais, acadêmicos e organizações políticas para fiscalizar e denunciar abusos e ilegalidades relacionados aos megaeventos esportivos que o Brasil vai receber nos próximos anos.

E para quem gosta de números, no Brasil, atualmente, estima-se que cerca de 170 mil¹¹ pessoas estejam com o direito à moradia ameaçado ou violado de alguma forma. Segundo o Comitê Popular da Copa de Porto Alegre¹², estima-se que saiam, ao todo, 2,8 mil famílias da Vila Dique, 1.3 mil da Nazaré e 42 da Floresta. Nas imediações da avenida Tronco, que abrange as vilas Cruzeiro, Postão e Cristal, devem sair 1,4 mil famílias. Ainda, na Ocupação 20 de Novembro, ao lado do Estádio Beira-Rio, 36 famílias sofrem despejo para a constru-

¹⁰ Disponível em: <<http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/DossieViolacoesCopa.pdf>>.

¹¹ Estimativa feita por pesquisadores e pela Articulação Nacional dos Comitês da Copa e das Olimpíadas. Não existem informações do governo sobre o número de pessoas removidas e que ainda se pretende remover em todo o país.

¹² <<http://www.comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/>>.

ção de um estacionamento. Recente também, em maio de 2011, a remoção da Vila Chocolatão transferiu cerca de 700 pessoas¹³ da área central da cidade para o Morro Santana. Em poucos dias, a Chocolatão já era a “Nova Chocolatão”, a 15 km de distância do seu lugar original.

Diferente da Chocolatão, a Vila Dique, sob expectativa de remoção desde as suas inaugurações, iniciou o processo apenas em outubro de 2009, com a transferência das primeiras 48 famílias para o Conjunto Habitacional Porto Novo, localizado no bairro Rubem Berta, Zona Norte de Porto Alegre. Desde então, ocorreram sucessivas etapas de remoção, a medida que novas casas foram construídas. Uma parcela da comunidade ainda continua morando na “Dique Velha”.

Para quem ainda não se mudou para o Porto Novo, a incerteza continua, a desinformação talvez seja a maior violação aos direitos humanos, pois o sentimento de estar sendo deixado para trás é reforçado quando os poucos vizinhos já se misturam aos escombros do que um dia serviu como lar. Os aparelhos sociais são transpostos e a falta destes torna o marasmo ainda maior. A equipe de saúde, que antes acompanhava de perto as dificuldades e necessidades de uma comunidade inteira, agora se move para atender duas fatias, divididas geograficamente.

Reconfigurar laços. Ver diante dos olhos a passagem do tempo. Lembrar dos filhos, há trinta anos, pescando num rio que ainda não era poluído. Ver nos olhos da mãe idosa, a saudade de um tempo que parece correr mais rápido depois da troca de paisagem. Falar sobre a felicidade de um novo começo, a esperança de agora poder investir, monetária e criativamente, num espaço do qual a ameaça de remoção iminente não é rotina. São estes os bastidores de um sutil espetáculo, em cartaz todos os dias. São provas de que a força, no micro,

¹³ Fonte: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_secao=103>.

consegue superar a, por vezes apavorante, visão grande dos fatos. Otimismo e coragem também escrevem linhas na história.

Dispor-se a assistir pequenos espetáculos, legitima um espectador. Enxergar os bastidores de um grande espetáculo é igualmente justo, e talvez não signifique a perda do brilho nos olhos de quem comemorará um gol, seja no estádio, em frente à TV, nas caixinhas coloridas do Porto Novo ou no que sobrou da Vila Dique. Mais do que aeroportos, avenidas e viadutos, que se possa, sobretudo, construir histórias.

Referências

ABREU, Caio Fernando. **Morangos Mofados**. Rio de Janeiro: Agir, p. 153, 2005.

BRASIL. Ministério das Cidades. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2012.

FAILLACE, Tânia Jamardo. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 18 de maio 1967, p. 1.

FUNES, Sílvia. **Regularização Fundiária na Cidade de Piracicaba – SP: Ações e Conflitos**. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia), Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

MEDEIROS, Laudelino T. **Vilas de malocas**: ensaio de sociologia urbana. Porto Alegre, 1951.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Era uma vez o beco: origens do mau lugar. In: BRESCIANI, Maria Stella (Org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 97-119.

SOCIOLOGIA: ciência & vida. São Paulo: Escala, ano 4, n. 43, out./nov. 2012. Edição digital.

ZERO HORA, Porto Alegre, 17 de nov. 1966, p. 2.

_____. Porto Alegre, 10 jul. 1967, p. 14.

_____. Porto Alegre, 16 jul. 1969, p. 11.

_____. Porto Alegre, 23 jan. 1973, p. 6.

_____. Porto Alegre, 24 jan. 1975.



EXPERIÊNCIAS URBANAS DE JOVENS EM PROCESSO DE REASSENTAMENTO: PESQUISA CINEMA EXTENSÃO EDUCAÇÃO

Christiane Silveira Kammsetzer¹

O movimento de Reforma Sanitária² propiciou que novos olhares e modos de cuidado tenham conquistado espaço no campo da saúde pública brasileira. A Atenção Primária à Saúde (APS)³ é o nível de atenção privilegiado dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), por compreender serviços de saúde com território e população adscrita (em especial Unidades de Saúde ou Estratégias de Saúde da Família), favorecendo não só o olhar sobre o adoecimento, mas também sobre as condições de produção de vida dos grupos populacionais. É deste lugar que escrevo. Atuo como psicóloga da Unidade de Saúde Santíssima Trindade – Grupo Hospitalar Conceição (GHC),

¹ Psicóloga da Unidade de Saúde Santíssima Trindade - Grupo Hospitalar Conceição (GHC) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social/UFRGS.

² De acordo com Arouca (apud BRASIL), “A Reforma Sanitária brasileira nasceu na luta contra a ditadura, com o tema Saúde e Democracia, e estruturou-se nas universidades, no movimento sindical, em experiências regionais de organização de serviços. Esse movimento social consolidou-se na 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, na qual, pela primeira vez, mais de cinco mil representantes de todos os seguimentos da sociedade civil discutiram um novo modelo de saúde para o Brasil. O resultado foi garantir na Constituição, por meio de emenda popular, que a saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado”.

³ No Brasil, a Atenção Primária à Saúde foi historicamente denominada Atenção Básica.

localizada na Vila Dique⁴, em Porto Alegre - Rio Grande do Sul, até abril de 2012. Atualmente está no Conjunto Habitacional Porto Novo, bairro Rubem Berta, Porto Alegre (área de reassentamento da Vila Dique). É campo para a Residência Integrada em Saúde (RIS). Desde 2011, também faço parte da equipe do Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique⁵.

A Vila Dique⁶ é uma área de habitação irregular de Porto Alegre. Recebeu os primeiros moradores na década de 1950 e foi, de fato, ocupada nas décadas de 1980/90. Formou-se em um dique criado para que, em períodos de chuva, as águas do rio Gravataí não invadissem a pista do aeroporto internacional Salgado Filho. E pela necessidade de ampliação desta pista para receber a Copa do Mundo da FIFA na cidade, em 2014, os moradores têm vivido a remoção urbana desde 2009.

A partir de meus encontros com o “território-dique” e com o acontecimento “remoção” se produziu em mim um desejo de conhecer mais, de pesquisar, de buscar responder a algumas perguntas que foram se colocando em meu cotidiano de trabalho. Em março de 2012, iniciei o Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social na UFRGS, sob orientação da professora Analice Pa-

⁴ A denominação “vila” ou “vila popular” é usual no estado do Rio Grande do Sul e se refere a regiões ocupadas irregularmente ou com população vulnerável em termos socioeconômicos (condições de moradia, trabalho/renda).

⁵ O projeto de Extensão Memórias da Vila Dique acontece em parceria entre a US Santíssima Trindade (Serviço de Saúde Comunitária GHC) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Trata-se de uma intervenção junto aos moradores da Vila Dique, acompanhando o processo de remoção e reassentamento urbano que estão vivenciando desde 2009 devido à “readequação” da cidade para a Copa do Mundo, a ser realizada em 2014. Por meio de rodas de memórias, da realização de oficinas de fotografia e outras produções audiovisuais, da escuta das narrativas e do compartilhamento de experiências, propicia-se a construção coletiva da passagem de um lugar a outro, em uma perspectiva de promoção de saúde e educação.

⁶ Conforme relatos dos moradores, a Vila Dique, por ser uma área irregular, não estava formalmente vinculada a um bairro e, sim, localizava-se entre os bairros São João, Anchieta e Vila Floresta.

lombini, buscando realizar um percurso de pesquisa que respondesse a algumas dessas perguntas ou mesmo que as ampliasse. Dessa forma, ao longo de 2012 e como efeito de minha participação no Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique foi se delineando a seguinte questão de pesquisa: Que modos de vida forjados pela apropriação dos espaços (territorialização) constituem formas de enfrentamento da condição de vulnerabilidade social? Em 2013, minha pergunta se somará às propostas e ações já em andamento no Projeto, porém em sua segunda edição, que terá como foco principal a realização de videodocumentário com os jovens moradores da Vila Dique e Porto Novo, o que será apresentado ao longo destes escritos.

Uma (versão da) história, para começar

Começo contando uma história que é parte de minhas “memórias moventes”, sempre em vias de se transformar. História desde uma perspectiva: a da trabalhadora de saúde-psicóloga, no encontro com os demais trabalhadores e moradores, em especial, os jovens moradores da Vila Dique/Porto Novo. Narrativa que não se pretende explicativa nem única, mas que foi tecida escutando outras histórias e experienciando um tanto. Em suma, uma versão da história – são muitas as versões, desde o laço singular que cada pessoa ou grupo teceu com o lugar.

A Dique carrega em sua história o “destino transitório”. Boa parte dos moradores são descendentes de imigrantes alemães e vieram de regiões do extremo norte do Estado, em um movimento de êxodo rural, buscando melhores condições de vida e trabalho na capital. Outros são provenientes de outras vilas populares da cidade e da região metropolitana. Os primeiros ocuparam “a parte de cima do dique” (Avenida Dique) e a “estrada de chão”, onde preservaram algo do “viver no campo” nessa híbrida área urbano-rural. O outro grupo ocupou “a parte de baixo do dique”, ou seja, onde inicialmen-

te havia água, construíram um aterro (precário, os alagamentos eram constantes). Estes moradores foram os primeiros a serem removidos, pois estavam “na rota” de pouso/decolagem da pista. Falo do “destino transitório” porque, além da população ser composta, em sua maioria, de descendentes de imigrantes, era bastante usual a migração – ir e voltar à cidade de origem e, mesmo, a troca de moradia dentro da própria Vila. Fazendo referência à origem dos moradores e a esses movimentos de ir e vir, o nome da escola local é Migrantes. Além disso, a perspectiva de remoção sempre esteve presente; por ser uma área de ocupação irregular e pelas repetidas vezes em que autoridades públicas a anunciaram ou omitiram-se na realização de investimentos no local por esse motivo.

Dique é um território múltiplo. Composição de pessoas vindas de distintos lugares, carregando consigo suas histórias, memórias, forjando no espaço ocupado novas realidades, reproduzindo realidades anteriores... No encontro com os moradores, a equipe da Unidade de Saúde, os residentes e os colegas envolvidos com o Projeto Memórias interrogo-me sobre a relação entre o território e a produção de vida/ subjetividade. Direciono meu olhar para os jovens, pois me parece que eles tecem uma relação bastante particular com o local de moradia. Muitos imprimem uma marca própria – o VDK (fazendo alusão ao nome da “comunidade”), que pode ser encontrada nos cadernos, nos muros, na escola, nas portas dos banheiros de casa. Falam da circulação livre pelo território, do que representava ser “morador da Dique”, quando estavam fora dali. Alguns reproduzem a experiência de suas mães e seus pais, construindo uma saída de casa (frequentemente de situações de violência) pela via da maternidade/ paternidade. Não raro, sofrem das mesmas dificuldades que seus familiares. Outros constroem modos de enfrentamento à condição de vulnerabilidade socioeconômica, aproveitando as oportunidades que acontecem por intermédio da escola e demais serviços da rede que atende a região, também pela via do

trabalho, seguindo os passos de seus familiares, amigos, vizinhos. A inserção no trabalho nem sempre se dá no tempo previsto pelas leis que protegem o trabalhador, mas muitas vezes segue uma tradição familiar ou comunitária. Por vezes, o território – com suas redes de sociabilidade – oferece modos de enfrentamento da condição de “vulnerabilidade social”. Por vezes, não.

Mas, quando falo em território, de que concepção falo? Entendo território como “espaço vivido” (GUATTARI & ROLNIK, 2011, p. 388). Paul Claval (1999), geógrafo contemporâneo, aponta que “as relações que os grupos mantêm com o seu meio não são somente materiais, são também de ordem simbólica”. O território permitiria aos sujeitos tomar consciência do que partilham, “ajudando na cristalização de representações coletivas” (BRUNET, apud CLAVAL, 1999, p. 11). Apontando o território como “fonte de identidade coletiva” (ibid., p. 10), Claval destaca que tanto as “crises identitárias” podem provocar modificações na relação com o espaço, como o inverso. Podemos ampliar a ideia trazida por Claval substituindo “crise identitária” por mudanças nas relações entre os coletivos e os espaços em que habitam, trazendo, assim, uma perspectiva que também pode ser potente e positiva, dependendo do modo como se enfrentam tais mudanças.

Muitos discursos se atravessam no processo de remoção e reassentamento. A justificativa de ampliação da pista do aeroporto escamoteia a expansão imobiliária que está em jogo na região e em outras regiões da cidade; a “promessa” de melhoria das condições de moradia esconde a desvalorização dos modos de habitar que os moradores tinham na Vila Dique. Considerando a “favela como expressão do caos” (SILVA, 2011, p. 211), o projeto urbanístico-arquitetônico não preserva as características do território de origem, especialmente a coexistência de um modo de habitar rural dentro do espaço urbano. Os 38 metros quadrados que constituem a área interna das novas moradias escondem a negligência em relação às outras necessidades dos moradores, para além das casas. Os primeiros

habitantes do Porto Novo depararam-se com a falta de serviços básicos (saúde, escola), de arborização e investimento na construção de praças, espaços de lazer. Além disso, a pouca integração dos novos moradores do bairro com os antigos gerou situações complicadas, como, por exemplo, conflitos e até mesmo discriminação entre crianças e jovens que estudam na escola do bairro.

Tomo a Dique como um analisador espontâneo⁷ do que penso ocorrer em outras “vilas”. Estes espaços, considerados “inabitáveis”, foram forjados, nem sempre com o investimento dos gestores públicos. Têm em comum a delimitação territorial e um reconhecimento dos moradores como coletivo. Variados arranjos e códigos compartilhados parecem dar suporte no enfrentamento da condição de “vulnerabilidade socioeconômica” em que se encontram. Entendo a remoção da Vila Dique como um momento paradigmático, um movimento da cultura que confronta, por um lado, o ideal de sociedade, de cidade moderna e, por outro, a multiplicidade dos modos de viver e habitar que foram possíveis no “território-dique” e que ofereciam referências identitárias e outras formas de sustentação a seus moradores – o que é sensivelmente importante para o jovem. O “território-dique” é desqualificado e até mesmo se busca apagá-lo do discurso que se apresenta quanto à remoção, mas não na fala e memória de alguns jovens, o que será mostrado a seguir.

Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique – 2ª edição: Videodocumentário sobre práticas culturais de jovens moradores da Vila Dique e Porto Novo

Em sua segunda edição, o Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique realizará com os jovens moradores da Vila Dique/ Porto

⁷ Um analisador espontâneo, segundo Barembliitt (2002), é qualquer situação histórico-social-libidinal que torne manifesto o jogo de forças, desejos, interesses, em suma, aspectos políticos, conflitivos de um segmento social ou deste em relação a outros.

Novo, um videodocumentário sobre suas práticas culturais, o que construíram e constroem na relação com o território, com os vizinhos, com os valores que circulam em suas comunidades. Também, as mudanças que a remoção provocou em suas trajetórias de vida. A segunda edição, que acontecerá ao longo de 2013, será um desdobramento da primeira, em que a equipe de trabalho, ao dialogar com os moradores, deparou-se com a situação dos jovens que buscam reafirmar suas práticas culturais no novo local de moradia. O projeto concorreu no Edital Proext e foi selecionado com recurso para 2013.

O videodocumentário será realizado com roteiro elaborado pelos jovens em oficinas de formação. A filmagem, editoração e finalização serão feitas com profissionais da área, acompanhados dos jovens moradores da Vila Dique e Porto Novo. O projeto se insere na perspectiva da atuação educativa e patrimonial, compreendendo patrimônio não somente como bens materiais transmitidos de uma geração a outra, mas também “um patrimônio intangível”, “identitário”, “social, étnico ou comunitário” (NORA, apud GIL, 2012, p. 6). Além de oportunizar aos jovens um espaço de escuta, visibilidade de seus modos de viver e habitar e do processo de remoção e reassentamento, propiciará que o público em geral conheça outras versões a respeito das vivências dos jovens moradores da Vila Dique/Porto Novo, desconstruindo estereótipos associados a sua condição social. Ainda, consistirá em uma rica experiência de extensão universitária aos graduandos-bolsistas envolvidos com o projeto.

Em abril de 2012, fizemos (eu, Débora e Lourenço, graduandos-bolsistas vinculados ao Memórias) uma caminhada no Porto Novo para conversar com alguns jovens, estudo exploratório para a escrita do projeto de 2013. Inicialmente contatamos aqueles com quem eu já tinha tido contato, ao longo dos seis anos em que trabalho na Unidade de Saúde (US). Acreditamos que eles nos dariam pistas de seus interesses, indicações de outros jovens e, assim, a rede se faria. Parece que foi o que aconteceu... À medida que nos encontrávamos com os jovens, apre-

sentávamos a proposta e perguntávamos sobre as práticas culturais que eles tinham na Dique e as que realizam hoje, morando no Porto Novo.

Encontramos a primeira menina no posto. Contou-nos que, quando morava na Dique, participava de um grupo de dança em que se reuniam crianças e jovens que, assim como ela, gostavam de dançar músicas “pop”. Quem promovia a atividade era sua tia, no pátio de casa. Hoje, morando no Porto Novo, ela fica em casa e na escola. Depois de conversarmos um pouco com ela, saímos da Unidade de Saúde e fomos até a casa de outro jovem. Ele nos contou que é baterista e que, quando morava na Dique, tinha uma banda de música tradicionalista com amigos vizinhos. Tocavam em bailes dentro da Vila, em clube fora, mas próximo do local de moradia, entre outros lugares. Na época, ele ensaiava dentro de casa, contou-nos que atualmente é impossível, pois no Porto Novo as casas são “coladas” uma na outra. O grupo se desfez porque alguns colegas da banda foram embora da Vila Dique quando estava prestes a iniciar a remoção e, também, porque a redução do número de moradores devido ao reassentamento esvaziou os bailes. Perto de sua casa atual, mora o gaiteiro da banda. Disse-nos, ainda, que alguns vizinhos têm um grupo de pagode.

Caminhamos um pouco mais, encontramos uma moradora da “comunidade” em uma esquina e lembramos de seu filho. Falamos rapidamente sobre o projeto, ela nos perguntou se “dava algum dinheiro”. Respondemos que não, explicamos um pouco mais, fomos até sua casa. Lá, ela e o filho nos falaram sobre um grupo do qual o jovem participava quando morava na Dique. Segundo ele, era um grupo de amigos que se reunia para dançar. Não se reuniram mais, porém ele continuou dançando, sozinho, em casa. Contou-nos que dança mais do que antes. Também, que não há muito o que fazer onde mora. Os amigos dele, poderíamos encontrar no turno da tarde, pois estudam pela manhã.

Em seguida, fomos à casa de dois irmãos, quem nos recebeu foi sua mãe. Apenas um deles veio falar conosco. Enquanto apresen-

távamos o Projeto, o jovem disse que “nem tem mais memória da Dique”, pois mudaram-se há dois anos. Depois, referiu-se à Dique como um lugar com mais opções de lazer do que onde mora atualmente. “Tem várias histórias da Dique” – disse, e riu lembrando dos tiroteios e outras situações difíceis. Contou-nos que frequentou o CECOFLOR (atualmente Centro de Referência de Assistência Social – CRAS noroeste), onde participava de oficinas culturais, como Graffiti. Segundo ele, no Porto Novo não há grafiteiros. Destacou sua participação em atividades esportivas, como natação e remo, mencionando algumas medalhas que ganhou. A sua mãe comentou que é possível que no CECOFLOR encontremos algumas fotos de campeonatos dos quais participou. Ambos pareceram empolgados com a possibilidade de recuperar isso. Ele lembrou de um professor de futebol do CECOFLOR e que na Dique havia o costume de jogar futebol na quadra “do fim da linha” (muro do aeroporto). Contou-nos que os moradores chegavam a reunir três times de futebol. No Dia Internacional da Mulher, os homens jogavam vestidos de mulher, para homenagear as companheiras, amigas, filhas, mães, vizinhas. Alguns moradores tentaram jogar futebol no loteamento Porto Novo, mas desistiram, pois não há quadra por ali. Falaram-nos da falta de espaços de lazer. Criticaram a localização da praça – distante das casas e ao lado de uma avenida, o que pode trazer risco de atropelamento às crianças. Segundo o que nos contaram, os moradores do Porto Novo têm ido a uma praça fora do loteamento para jogar bola, se divertirem. Um morador da “comunidade” tem reunido crianças aos fins de semana em uma “escolinha de futebol” gratuita, organizada por ele. Ainda, eles nos disseram que nos fins de tarde e fins de semana, as crianças costumam brincar no meio das ruas do Porto Novo, assim como faziam na Vila Dique, que não tinha calçadas. Preocupam-se com a segurança, em função do trânsito de carros. Falam da vontade de colocar um quebra-molas, vontade compartilhada por alguns de seus vizinhos. Diante de tantas

mudanças, atualmente o jovem tem gostado de ir a “lan houses”. Indica-nos três, que ficam perto e nos conta os jogos que prefere. Joga com amigos, cada um em um computador. Ele ainda nos conta de sua paixão pelo Carnaval. Desfilou em 2012 na União da Vila do IAPI. No ano anterior, trabalhou na preparação de carros alegóricos (o loteamento Porto Novo fica ao lado do sambódromo). Finalizando o papo, conversamos um pouco sobre os “bondes”, grupos de jovens que se reúnem para dançar, sair. O menino comentou que nas brigas do centro “a Dique é conhecida”, e que o pessoal que sai em grupos picha muros pela cidade. A mãe contesta: “Mas não é só “bonde”, na parede do meu banheiro tá pichado VDK, e tá assinado!”. Ele ri.

Seguindo um pouco mais, chegamos à casa da prima da primeira jovem com quem conversamos, filha da líder comunitária que promovia o grupo de dança entre as crianças e jovens. Estava lavando roupa, dia de folga do emprego. Assim como a prima, lembrou do grupo como uma atividade que gostava muito de realizar junto às crianças e jovens. Contou-nos que acontecia na garagem de sua casa, na Vila Dique. Segundo ela, onde mora hoje não há espaço. Contou-nos que iniciou carreira de cantora, gravou um álbum, porém parou em função do emprego, mas que gostaria muito de retomar. Perguntamos se sabia de outras pessoas que poderiam ter interesse em participar do Projeto, ela falou do primo, que é capoeirista e faz oficina com as crianças na escola do bairro nos fins de semana. Mostrou-se muito interessada em participar: “Não precisamos esperar, podemos nos reunir desde agora”, disse.

O último jovem que visitamos, um tanto tímido, aos poucos foi se interessando pela conversa. Contou-nos que “tem um pessoal que dança, um pessoal que era do CECOFLOR”. Disse-nos que gosta de desenhar, “copiar desenhos que vê”. Quis nos mostrar um desenho, mas não o encontrou. Comentou que tem amigos que talvez também se interessassem pelo projeto, assim como ele. No caminho de volta,

lemos em um dos postes o escrito VDK. Do outro lado do poste, um nome. Fez-me pensar em um menino que conheço e participa de um “bonde”, comecei a imaginar que ele poderia participar conosco. Terminamos a caminhada já em meio ao sol do fim da manhã, com uma sensação boa de que o Projeto será possível, pois encontramos todos os jovens que procuramos, e parece que, para todos, o que dizíamos fazia sentido...

Singular... plural...

Vinculada ao Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique, a pesquisa que proponho realizar não será escrita no singular e, sim, no plural. Construção, pesquisa-extensão, em que todos participam e se modificam no processo. Uma experiência de pesquisar que não está desenhada *a priori*, mas, que se constrói nos encontros, plenos de afetos, de trocas de experiências. A metodologia utilizada servirá como bússola, mas uma bússola que nem sempre indica o norte, apontando a direção à medida que se faz o “caminhar”, à medida que se percorrem as “paisagens subjetivas”⁸. Um “método cartográfico”, na acepção de Suely Rolnik: “Desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem” (ROLNIK, 2006, p. 23), também das paisagens subjetivas, psicossociais. O pesquisador-cartógrafo acompanha a produção de real social com um “tipo de sensibilidade” que o coloca na “adjacência das mutações das cartografias” (ibid, p. 66-67). De acordo com a autora, a escolha

⁸ Quando falo em *paisagens subjetivas*, parto de uma concepção de subjetividade que não remete à existência de uma *psique*, ou de uma interioridade que asseguraria uma unidade subjetiva e, sim, tomando de empréstimo um conceito de Foucault (2004), “estéticas da existência” (2004, p. 290). Entendo a experiência subjetiva como estética. A partir de vivências constroem-se modos de andar na vida. Para Foucault (ibid., p. 276), o *sujeito* se constitui – através de práticas de si, “esquemas que ele encontra em sua cultura, sociedade e grupo social e que lhe são propostos, sugeridos ou mesmo impostos”.

dos operadores conceituais se dá no sentido de favorecer a constituição de novas realidades.

Um caminho possível (e que está previsto no edital aprovado para a realização da segunda edição do Projeto) será escutar os jovens, suas narrativas em rodas de memórias, para a construção do roteiro e da montagem do videodocumentário. Buscaremos conhecer que aspectos do território contribuam, e contribuem, na produção de vidas. Esperamos que a realização do filme e, conseqüentemente, a pesquisa, propicie a construção de memórias coletivas, o compartilhar experiências sobre a Vila Dique, o Porto Novo e a mudança. A narração de memórias possibilita aos participantes encontrar-se com aspectos do território (que vai do anterior ao atual local de moradia) que produzem vida/ potencializam saúde e, assim, talvez, (re) significar o processo de reassentamento.

De qualquer forma, como a proposta é que os jovens sejam coautores do filme em um processo participativo que promova a cidadania, a valorização de suas histórias, memórias e estratégias coletivas de enfrentamento da condição de vulnerabilidade socioeconômica, não há muito que se possa prever sobre o processo. Para tanto, é fundamental a perspectiva ética de constante reflexão sobre a dimensão política envolvida (política como construção de outros modos de existência) e, em função disso, a reflexão constante sobre a implicação⁹ de cada um neste processo (jovens, bolsistas, trabalhadores, professores, equipe de realização do filme).

⁹ A análise de implicação refere-se à “análise do impacto que as cenas vividas e observadas têm sobre a história do pesquisador e sobre o sistema de poder que legitima o instituído, incluindo aí o próprio lugar de saber e o estatuto de poder do pesquisador” (PAULON, apud MINOZZO et al., 2012, p. 328).

Referências

- BAREMBLITT, G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual da Saúde. **Reforma Sanitária**. Disponível em: <<http://bvsarouca.icict.fiocruz.br/sanitarista05.html>>. Acesso em 6 dez. 2012.
- CLAVAL, P. O Território na Transição da Pós-Modernidade. In: **GEOgrafia**, 1999, 2 (1), p. 7-26.
- FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. v. 5.
- GIL, C. **Projeto de Extensão Memórias da Vila Dique**. 2. ed. Formulário síntese da proposta (SIGPROJj). Edital PROREXT 2013/Ministério da Educação. Brasil. (Não publicado).
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MINOZZO, F. et al. Grupos de Saúde Mental na Atenção Primária à Saúde. In: **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói-RJ, 24 (2), 2012, p. 323-339.
- ROLNIK, S. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2006.
- SILVA, J. Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.